

Como melhorar a qualidade do cuidado oferecido pelos profissionais de saúde às pessoas em situação de violência na cidade de São Paulo? Durante toda a segunda metade do ano de 2006, a equipe da Área Técnica de Cultura de Paz – da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de São Paulo –, ao lado do Instituto Ser Humano (ISH), levou a mais de 400 integrantes da rede de saúde um conceito imprescindível para fazer frente a tal desafio: a paz. Esta revista contém um registro detalhado dessa iniciativa, cujo objetivo ultrapassa as fronteiras do ambiente das unidades de saúde e propõe a criação de redes de paz em todo o município de São Paulo.

Tecendo Redes de Paz



Representação
da UNESCO
no Brasil

Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura





Tecendo Redes de Paz

Os seis princípios da cultura de paz

1. Respeitar a vida
2. Rejeitar a violência
3. Ser generoso
4. Ouvir para compreender
5. Respeitar o planeta Terra
6. Ser solidário

em busca da paz...

O nó da questão é angustiante: a paz é possível?

A violência pode ser reduzida? Em uma pesquisa que durou cinco meses, passou por mais de uma dezena de bairros (e por todas as regiões do município de São Paulo), encontramos profissionais empenhados em construir uma nova cultura para uma das cidades mais caóticas do planeta. Uma cultura de paz.

Verdade seja dita: nenhum dos repórteres ou fotógrafos que trabalharam para a elaboração desta revista passaram tempo suficiente nas regiões que percorreram para ter certeza absoluta de que levantaram todas as informações sobre a violência e a paz na cidade de São Paulo.

Falar sobre a paz, e trabalhar em prol dela, traz suas questões, dúvidas, sombras que pairam na beira dos olhos, franzem o cenho, pesam os pensamentos. Os profissionais de saúde também têm seus questionamentos, seus dias difíceis, seus próprios momentos de violência. Mas não deixam de construir, no dia-a-dia, aquilo que chamam de contribuição. Ou, numa expressão geral, não deixam de “fazer a sua parte”, mesmo que ela não seja 100% assertiva. Esta revista segue o mesmo espírito. Com tanto e tanto a ser falado, pesquisado e escrito, aqui está ela, do jeito que pôde ser feita. Esta revista se dirige aos profissionais de saúde. Para sensibilizar, informar e enriquecer as reflexões em torno de um tema tão importante, complexo e espinhoso. Seu conteúdo busca ajudar em um ponto fundamental: melhorar a qualidade do cuidado oferecido pelos profissionais de saúde às pessoas em situação de violência na cidade de São Paulo e em todo o Brasil.

Que esta revista seja parte das redes de paz!

...na década da paz

Em 1998, por ocasião da celebração do cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, um grupo de ganhadores do Prêmio Nobel da Paz se reuniu e redigiu o “Manifesto 2000 por uma Cultura de Paz e Não-Violência”. Os princípios que fundamentaram o Manifesto 2000 sinalizaram a possibilidade de uma transformação cultural inadiável: da cultura da guerra e da violência para a construção de uma cultura de paz e da não-violência. O manifesto rodou o planeta. Milhões de pessoas assinaram o documento, assumindo a responsabilidade e o compromisso de contribuir para a construção de uma cultura mais pacífica e amorosa em seu espaço de convivência. Suas palavras contagiaram simpatizantes por todo o mundo, e a Unesco declarou que os primeiros dez anos do novo milênio seriam a década da paz. A seguir, a íntegra do manifesto:

“Reconhecendo a parte de responsabilidade ante o futuro da humanidade, especialmente com as crianças de hoje e de amanhã, eu me comprometo, em minha vida cotidiana, na minha família, no meu trabalho, na minha comunidade, no meu país e na minha região a:

1. RESPEITAR A VIDA e a dignidade de cada pessoa, sem discriminar nem prejudicar;
2. REJEITAR A VIOLÊNCIA. Praticar a não-violência ativa, repelindo a violência em todas as suas formas: física, social, psicológica, econômica e social, em particular ante os mais fracos e vulneráveis, como as crianças e os adolescentes;
3. SER GENEROSO. Compartilhar meu tempo e meus recursos materiais, cultivando a generosidade, a fim de terminar com a exclusão, a injustiça e a opressão política e econômica;
4. OUVIR PARA COMPREENDER. Defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, privilegiando sempre a escuta e o diálogo, sem ceder ao fanatismo, nem à maledicência e ao rechaço ao próximo;
5. PRESERVAR O PLANETA. Promover o consumo responsável e um modelo de desenvolvimento que tenha em conta a importância de todas as formas de vida e o equilíbrio dos recursos naturais do planeta;
6. REDESCOBRIR A SOLIDARIEDADE. Contribuir para o desenvolvimento da minha comunidade, propiciando a plena participação das mulheres e o respeito dos princípios democráticos, com o fim de criar novas formas de solidariedade.

REVISTA TECENDO REDES DE PAZ
EDIÇÃO 1 2006/2007

Uma publicação da Área Técnica de Cultura de Paz / Coordenação de Desenvolvimento de Políticas e Programas de Saúde em parceria com a Coordenação da Atenção Básica, da Secretaria de Saúde do Município de São Paulo

Com o apoio da Unesco

COORDENAÇÃO: ÁREA TÉCNICA DE CULTURA DE PAZ, SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUPERVISÃO: JONAS MELMAN, MARIA ERMÍNIA CILIBERTI, NELSON FIGUEIRA JR.

REDATOR-CHEFE: ALESSANDRO MEIGUINS

PROJETO GRÁFICO: ALESSANDRO MEIGUINS E CAMILA LISBÔA

EDIÇÃO DE ARTE: CAMILA LISBÔA

REPORTAGEM: ANA PAULA ORLANDI, GIULIANA CAPELLI, KARINA YAMAMOTO,

LUÍS AUGUSTO SIMON, MARIANA LACERDA, PATRÍCIA CORNILS

FOTOGRAFIA: ANDRÉ SPINOLA E CASTRO, CLAUDIA SANDOVAL, JOÃO WAINER,

MÔNICA LEITE CARNEIRO, REGINA DE GRAMMONT, RENATA URSAIA

ILUSTRAÇÕES: CAMILA LISBÔA, FABIANO SILVA, JOÃO ZAMBOM

REVISÃO: JORGE COTRIN

IMPRESSÃO: PLANFORM GRÁFICA

editorial *04*

a formação das redes de paz *08*

repensando o cuidado aos cuidadores *11*

um compromisso ético: quebrar o silêncio *14*

da violência à paz *15*

a prática da paz *23*

agentes da paz *33*

DE PORTA EM PORTA *34*

OS CAMINHOS DO CUIDADO *45*

A OUTRA FACE *49*

TERRITÓRIO EM REDE *55*

MOVIMENTOS PARA A PAZ *65*

artigos

A POLÍTICA DA CONVIVÊNCIA *72*

MARIA DA PENHA *74*

UMA REDE DE CUIDADOS *76*

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA *78*

A PRESENÇA *80*



a formação das redes de paz

ÁREA TÉCNICA DE CULTURA DE PAZ, SAÚDE E CIDADANIA

A HISTÓRIA DA IMPLANTAÇÃO DE UMA REDE integrada de cuidado às pessoas em situação de violência no município de São Paulo se inicia em 2003. A partir da iniciativa da Secretaria Municipal de Saúde, foi criada uma área técnica, atualmente denominada Cultura de Paz, Saúde e Cidadania, voltada à formulação e implementação de políticas públicas para minimizar o impacto das diferentes modalidades de violência sobre os cidadãos que procuram os serviços municipais de saúde.

A organização de uma Rede de Cuidados que pudesse oferecer uma atenção de qualidade às pessoas em situação de violência implica um esforço grande de articulação de um conjunto complexo e diversificado de serviços e de iniciativas, que, em geral, mostram uma tendência para agir de forma isolada e fragmentada.

Nesse sentido, foram implantadas cerca de 61 Equipes de Referência, multiprofissionais, distribuídas em todas as regiões da cidade.

Atualmente, após a reorganização da saúde em 2005, existem 24 regiões de saúde na cidade, denominadas de Supervisões Técnicas de Saúde. Em recente avaliação dessa rede, observou-se que 13 supervisões do município ainda mantêm Equipes de Referência como instrumento de estruturação da Rede de Cuidados. Nas demais regiões, todas as unidades de saúde procuram se responsabilizar pelo acolhimento e tratamento às pessoas em situação de violência. A qualidade dessa atenção varia muito, influenciada por uma série de fatores. O grau de organização da rede de assistência, a presença de um sistema de in-

formação sobre violência e acidentes, profissionais capacitados, supervisão e discussão de casos em atendimento, grau de integração do setor saúde com a comunidade, com outros setores de governo e da sociedade civil constituem variáveis fundamentais e determinantes da qualidade da assistência.

Em relação à discussão de casos, aproximadamente um terço das supervisões relatam que existem reuniões sistemáticas para refletir os procedimentos e os encaminhamentos.

As demais supervisões se reúnem esporadicamente ou de maneira pontual por meio de seminários. Verifica-se também que existem fóruns coletivos de participação e redes em cerca de um quarto das supervisões. O funcionamento das Equipes de Referência apresenta arranjos variados. Algumas regiões da cidade organizaram uma Equipe de Referência, mas ao longo do tempo os profissionais das outras unidades do território que participaram da capacitação organizada pela Área Temática passaram a atender de forma mais resolutiva. As Equipes de Referência, além de dar o apoio matricial para aqueles casos de maior complexidade, assumiram também o papel de dar o suporte técnico para a equipe dessas unidades.

Existem dificuldades no percurso de formação e consolidação dessa rede. A transferência de profissionais capacitados e a desarticulação das equipes e dos serviços de saúde comprometem a força do projeto.

É necessário um acompanhamento permanente do trabalho desenvolvido pelos profissionais diretamente responsáveis pelo cuidado. Em algumas regiões, o trabalho

do profissional é solitário, com pouca possibilidade de troca com outros saberes. O isolamento dos profissionais gera sentimentos de impotência em relação ao desempenho do papel de cuidador. Um facilitador nesse processo é a atuação dos interlocutores nas Coordenadorias de Saúde, em cada uma das cinco regiões do município, que têm a função de articular junto às Supervisões Técnicas e demais instituições da região as ações para a superação da violência e a conscientização para uma cultura de paz.

Em muitos locais da cidade foram criados espaços de discussão de casos, envolvendo também as diversas forças ativas da região, fortalecendo a relação com outras redes sociais. Igualmente, surgiram iniciativas mais consistentes para organizar fóruns e comitês de articulação, envolvendo profissionais da saúde e de outros setores do Governo Municipal e da sociedade civil. A Área Técnica de Cultura de Paz tem buscado desenvolver estratégias que melhorem a integração entre os profissionais, preparando-os para organizarem-se em rede.

O projeto de capacitação “Tecendo Redes de Paz – Construindo Alternativas à Violência”, tem por objetivo ampliar a capacidade dos profissionais da saúde em identificar e atender pessoas em situação de violência, despertando as potencialidades de cada um para a construção de uma cultura de paz, oferecendo um corpo conceitual sobre o impacto das diferentes modalidades de violência sobre a saúde. Estimular o protagonismo individual e coletivo é essencial para o fortalecimento das redes de paz.

Ampliar os conhecimentos sobre os princípios de uma cultura de paz e cultura da violência, introduzindo tecnologias para expandir a capacidade dos profissionais para lidarem com as diferentes formas de expressão das violências, pode fortalecer o profissional na sua função de cuidador e de agente de transformação cultural.

Vários arranjos na organização das redes de cuidado são possíveis e válidos. Apesar dos diferentes arranjos, um dos fatores mais relevantes para a eficácia do sistema de cuidados está no apoio institucional e na capacidade de articular estratégias e ações que possam sustentar a qualidade do trabalho. Na região norte de São Paulo encontram-se duas experiências importantes, fruto de articulações interinstitucionais. Na região de Pirituba/Perus há uma organização em rede para o cuidado às pessoas em situação de violência que integra o hospital geral e a rede ambulatorial, estabelecendo fluxos de encaminhamento e de notificação dos eventos. Como suporte aos profissionais e ao fortalecimento da rede, realizam reuniões semanais com gestores locais e profissionais de saúde para discussão de casos, pesquisa na área de promoção à saúde junto ao serviço de vigilância e organização do fluxo da notificação. Destaca-se nessas ações um projeto pioneiro com idosos que, por meio de uma parceria entre a rede de serviços de saúde e sociedade civil (núcleos de terceira idade e pastoral da saúde), organizou uma Rede de Solidariedade de Idosos para o apoio social aos idosos em situação de vulnerabilidade.

Além dessa iniciativa, na região de Santana/Tucuruvi, há o fortalecimento do “Fó-

rum pela Paz”, que sempre congregou diversas entidades governamentais e não-governamentais. Por meio de uma parceria com o Instituto Sedes Sapientiae, entidade reconhecida pelo trabalho que desenvolve na área de superação da violência, passaram a fazer parte da implantação do Pólo de Prevenção de Violência Doméstica e Sexual, que inclui a capacitação dos profissionais envolvidos e também a articulação entre os diversos serviços. Vale destacar que além deste, há outros 11 Pólos de Prevenção sendo implantados em todo o município, que vem estimulando a formação de parcerias e aprofundamento sobre o tema da superação da violência, com importante participação dos profissionais de saúde. Há outros exemplos de fóruns e redes que se constituíram por força dos movimentos sociais, especialmente relacionados aos direitos da mulher, que se mantêm de forma ativa, estabelecendo diretrizes e formulando propostas, como o “Fórum Pela Vida”, situado na região do Campo Limpo, Zona Sul.

Algumas iniciativas do Governo Municipal potencializaram essa rede de cuidados, sedimentando ainda mais essa política pública. Na Secretaria Especial de Parceria e Participação, surgiram propostas importantes, como a criação de Centros de Direitos e Cidadania da Mulher, por meio da Coordenadoria da Mulher.

Por sua vez, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) é responsável por formular, implantar e avaliar a política de assistência social nas ações de acolhida, proteção e defesa de direitos de pessoas em situação de vulnerabilidade social e risco pessoal; entre elas oferece atendi-

mento aos adolescentes em conflito com a lei, crianças vítimas de maus-tratos, exploração sexual e de trabalho. Atualmente mantém uma rede de mais de 770 serviços conveniados, com 312 organizações.

Outra ação significativa do Governo Municipal é fruto de uma parceria com o Instituto Sou da Paz, uma ONG que desenvolve metodologias para a superação da violência no meio urbano. O instituto realizou em 2006 um amplo estudo para conhecer e avaliar em profundidade a situação da violência no município. A partir desse diagnóstico, formulou-se o “Projeto São Paulo em Paz”, no qual foram propostas intervenções intersetoriais e comunitárias para a redução dessa problemática em três áreas de alta vulnerabilidade. Também têm sido criados fóruns e comissões governamentais, como o de Saúde Mental em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Setor Saúde; e na Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, a Comissão de Combate à Exploração Sexual da Criança e do Adolescente.

Como podemos perceber, cresce a consciência que somente é possível coletivamente encontrar os caminhos que nos levem a viver mais em paz, com menos sofrimento e atribulação. A formação e fortalecimento do trabalho em rede é a chave que abre nossa potência. Os princípios da cultura de paz podem nos ajudar a repensar valores e atitudes. Todas essas iniciativas revelam o esforço de muitos cidadãos que acordaram para a necessidade de juntar esforços e recursos. Há muito trabalho pela frente. Uma meta e um sonho: uma cidade interligada, com toda a paz que merece. ■



repensando
o cuidado aos cuidadores

transformando
as representações da violência

POR JONAS MELMAN

MUITO SE FALA SOBRE A NECESSIDADE DE CUIDAR DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE. Muitos estão sobrecarregados e descontentes, e apresentam muitas dificuldades para exercer de forma satisfatória seu papel de cuidador.

Como os profissionais de saúde se percebem e se definem em seu cotidiano do trabalho em saúde corresponde a um certo modo de se retratar no mundo, cada indivíduo, entre as muitas possibilidades de se olhar na função de cuidador, acaba escolhendo um quadro de referências que serve de orientação, que expressa um jeito de ver e pensar o mundo, um determinado conjunto de valores e representações que predominam em seu universo subjetivo.

Como os profissionais da saúde se definem? Qual o retrato que pintam de si próprios?

É interessante observar que as pessoas podem amar ou desprezar sua auto-imagem, esse retrato de si que permanentemente construímos e projetamos no mundo. No entanto, esse retrato é geralmente preservado. Ele é protegido porque ele é parte de nossa identidade; e identidade é coisa importante e tende a se cristalizar.

Como vemos, o mundo é uma expressão dessa auto-imagem. Nossas crenças e valores desempenham um papel fundamental na elaboração do auto-retrato. Para tanto, usamos certas programações mentais para ver e traduzir os acontecimentos. Nem sempre nos damos conta dos siste-

mas de pensamento que operamos para realizar a leitura do que chamamos de realidade. Frequentemente, sem perceber, projetamos no mundo o retrato que pintamos de nós mesmos. O mundo funciona como uma espécie de espelho onde projetamos nossas vivências e idéias.


No que se refere às possibilidades de cuidado às pessoas em situação de violência, os profissionais, em geral, carregam uma imagem de si repleta de sensações de impotência e insegurança. Os serviços de saúde igualmente se colocam como despreparados para exercer sua responsabilidade na atenção aos usuários. Menos frequentemente, e numa direção oposta, alguns agentes de saúde constroem um retrato de si mais onipotente, assumindo uma responsabilidade exagerada que se apóia na idéia de que devem salvar corpos e vidas.

O desafio colocado é superar a impotência e sua outra face, a onipotência, ajudando os profissionais a tomarem para si seu poder pessoal e profissional. Mudar crenças e valores não é tarefa fácil. Crenças podem ser falsas ou verdadeiras. Um sujeito, por exemplo, pode acreditar que negros e índios são inferiores aos brancos. A crença racista não tem base de sustentação na realidade. Crenças exercem poder sobre quem acredita nelas, mesmo quando são falsas. As representações e os significados que projetamos nas coisas, nas pes-

soas, nos acontecimentos, nos papéis sociais refletem nossas crenças e valores.

Qual a representação em relação à violência que predomina em nossa sociedade? Quais os significados que associamos às diferentes formas de expressão do fenômeno violento?

Em geral, ligamos violência à maldade, à noção de pecado. Violência é algo ruim, perigoso, um mal que deve ser combatido, reprimido, isolado, controlado. As escolhas que realizamos, as políticas e estratégias que elaboramos são um reflexo das representações que projetamos no mundo. Os muros altos de nossas casas, os sistemas cada vez mais sofisticados de segurança, as prisões abarrotadas etc. podem ser entendidos como modalidades de projeção da nossa visão do fenômeno. A presença de um ato violento estimula críticas e julgamento, gerando muita revolta, indignação, e contra-ataques. Nosso senso de justiça é baseado em castigo, e mostra nosso anseio por vingança. A pessoa que comete a violência é rapidamente rotulada: agressor, bandido, criminoso, estuproador. Quando enxergamos alguém como desonesto ou psicopata, estamos escolhendo nos relacionar com essa pessoa a partir dessa representação. Em outras palavras, aquilo que vemos é aquilo que percebemos. Nesse caso, ato e ator se fundem numa coisa só e passam a ser combatidos.



O ato violento pode ser compreendido como um pedido de ajuda de um ser humano que não consegue expressar seus sentimentos e necessidades de forma mais saudável e respeitosa

É possível mudar nosso olhar sobre a violência?

Segundo os princípios da cultura de paz, a violência pode ser entendida como expressão trágica da condição humana. Sofrimento, desigualdade, injustiça, desrespeito, insegurança, desejo de poder sobre o outro, geram violência. O ato violento pode ser compreendido como um pedido de ajuda de um ser humano que não consegue expressar seus sentimentos e necessidades de forma mais saudável e respeitosa. É fundamental acolher e transformar o sofrimento para que as pessoas possam encontrar uma maneira mais sadia e pacífica de mostrar seus sentimentos e necessidades. Agressores precisam de ajuda e de muita empatia para deixarem de ser agressores.

Necessidades não satisfeitas geram frustração e raiva e, algumas vezes, violência. As necessidades humanas correspondem à vida se manifestando em nós. Todos os seres vivos têm necessidades. Quando contribuimos para atender às necessidades

reais de outras pessoas, nos tornamos pessoas mais felizes, nossa auto-estima se amplia. O trabalho de enriquecer a vida de outras pessoas traz benefícios para quem dá e para quem recebe ajuda.

Os operadores da saúde tendem a reproduzir as representações hegemônicas no que diz respeito à violência. É necessário mudar as idéias e os significados que os profissionais carregam em seu dia-a-dia. Essa possibilidade de mudança exige um espaço adequado de acolhimento e de reflexão coletiva. Um espaço que se volte à busca de novas maneiras de ver a si mesmo e aos processos envolvidos.

Essa transformação não se dá simplesmente por meio de uma ordem de uma autoridade constituída. Igualmente, não se trata de simplesmente convencer as pessoas com idéias e modelos previamente determinados. Esse trabalho implica criar campos de experiência, nos quais os cuidadores possam sentir-se seguros e acolhidos para procurar novos modos de olhar e

fazer no mundo. Em outras palavras, trata-se de uma mudança cultural que questiona idéias, modelos e valores estabelecidos

A existência de espaços de acolhimento e de escuta pode ajudar na elaboração das vivências e na mudança dos significados. Devemos procurar uma maneira nova de ver e organizar os fatos e as emoções. Nesse sentido, capacitação, acompanhamento e supervisão do trabalho dos profissionais e das equipes precisam ser incorporados como elemento estruturante da organização de uma rede de cuidados na saúde. Esse processo é lento e exige esforço e compromisso permanente de todos os atores envolvidos, principalmente dos coordenadores e gestores das políticas.

É fundamental, portanto, associar mudanças individuais com transformações do coletivo, apoiadas por uma sólida estrutura organizacional.

O processo de superação dos manicômios pode ser citado como um exemplo importante de mudança das representa-

ções em nossa sociedade. O nascimento do conceito de doença mental realizado pela psiquiatria há cerca de dois séculos veio associado a uma concepção na qual a doença da mente era concebida como um fato perigoso e ameaçador. O doente e sua doença perigosa passaram a exigir isolamento e controle. Surgiram assim os hospitais psiquiátricos como local privilegiado para desempenhar essa função repressiva e controladora da ordem social. A chamada reforma psiquiátrica pode ser sintetizada como sendo uma profunda reformulação da representação da doença mental. A criação no Brasil de mais de mil serviços substitutivos territoriais de cuidado (CAPS) aos pacientes que apresentam transtornos mentais severos revela uma experiência viva de transformação cultural.

A nova cultura psiquiátrica, mais humanizada e democrática, está deixando de se ocupar do seu velho objeto: a doença e a periculosidade, para colocar o ser

humano que sofre e suas relações sociais no centro de seu interesse.

AS POLÍTICAS DA SMS

A Área Técnica de Cultura de Paz da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, em parceria com o Instituto Ser Humano, procurou levar em conta a complexidade dessas questões quando passaram a organizar capacitações de profissionais de saúde no campo do cuidado às pessoas em situação de violência. É preciso conhecer o universo atual desses profissionais da saúde, compreender suas dificuldades e resistências, desenvolvendo estratégias pedagógicas capazes de modificar as representações da violência, liberando os talentos e as potencialidades, muitas vezes adormecidos.

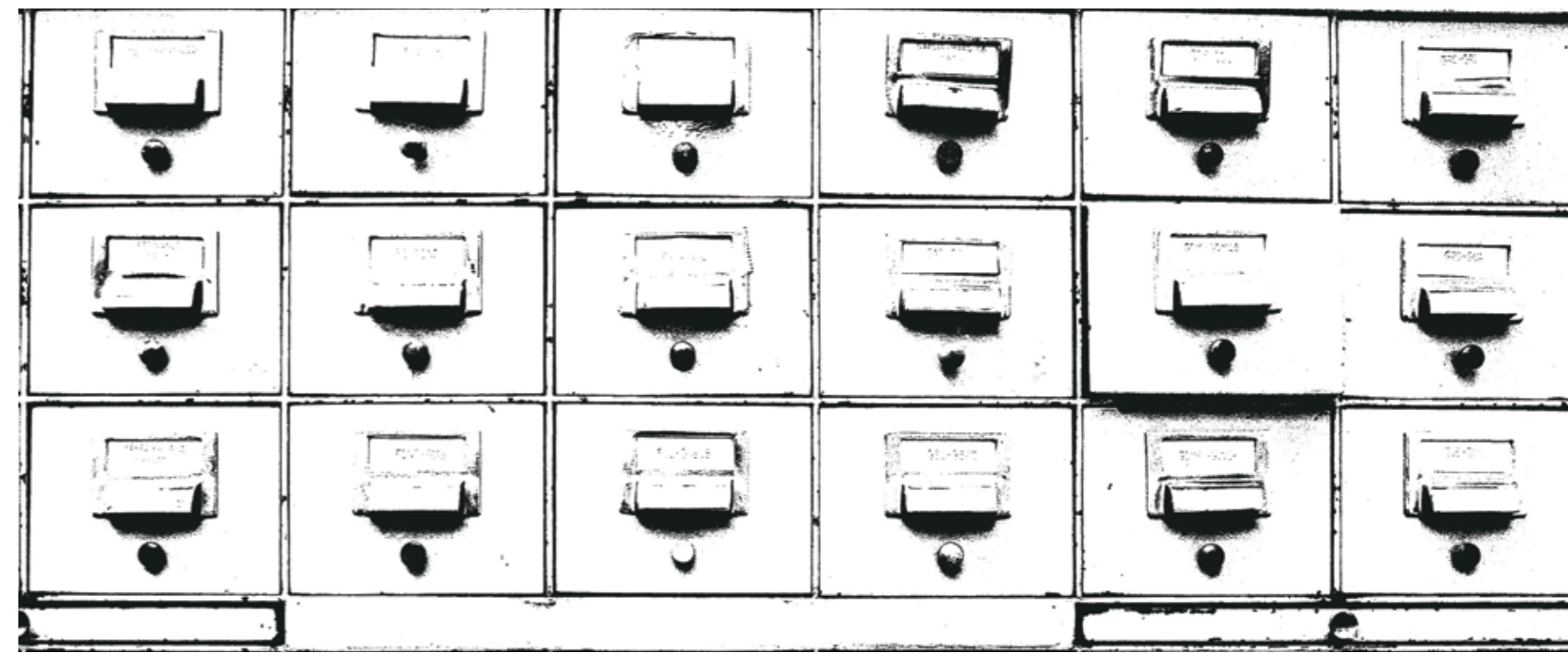
Nos últimos dois anos foram capacitados mais de 700 profissionais da rede municipal de todas as formações. São cursos relativamente rápidos e intensivos, com média de 20 horas de duração, que procuram introduzir um conjunto amplo de

tecnologias centradas nos princípios da cultura de paz. Práticas simples de relaxamento e de focalização da consciência no “aqui e agora” contribuem para o desenvolvimento de uma atitude mais relaxada e tranquila no exercício profissional. Dinâmicas e exercícios individuais e coletivos também procuram ampliar a capacidade de ouvir empaticamente o outro. O compartilhamento das vivências de cada pessoa tem se mostrado um poderoso instrumento de crescimento e de reflexão coletiva. Os profissionais anseiam por espaços que possam ajudá-los a compreender suas dúvidas e conflitos, devolvendo sua potência e fortalecendo sua auto-estima.

Isolados em imagens distantes da realidade, os profissionais anseiam por espaços que possam ajudá-los a compreender suas dúvidas e conflitos, devolvendo sua potência e fortalecendo sua auto-estima. Para, na medida do possível, levarem ao limite (da sua satisfação pessoal) sua incrível capacidade de cuidadores. ■

um compromisso ético: quebrar o silêncio

POR JONAS MELMAN E NELSON FIGUEIRA JUNIOR



A CAPTAÇÃO E A PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO por meio da notificação dos casos de violência garantem a visibilidade desta problemática, ajudando a dimensionar o seu impacto na vida das pessoas e nos serviços de saúde.

O ato de notificar é um dos pilares para o desenvolvimento de uma política pública que viabilize o registro das situações de violência com informações fidedignas sobre suspeitas ou confirmação dessas ocorrências. A informação é essencial para a elaboração de estratégias de promoção e prevenção de ações de saúde, além de contribuir para incorporar o cuidado às pessoas em situação de violência nas rotinas institucionais.

Os dados preliminares do Sistema de Informação para as Violências – SINV, vigente na rede municipal, de 2003 e 2006, registraram 2852 casos notificados. Evidentemente, a maioria dos eventos violentos ainda não foi notificada pelos serviços de saúde. Considerando apenas os casos em que houve notificação, os hospitais/PS foram responsáveis por 65,8% das notificações, e a rede ambulatorial contribuiu com 34,2%. Em sua maioria, ocorreram no domicílio, contabilizando 41,5% dos casos; e em via pública foram 12,2%. Nas faixas etárias de 10 a 19 anos registrou-se 30% dos casos, e entre 20 a 39 anos, ficou em 33,5%, compondo os maiores índices de

notificação. Os dados revelam que a violência doméstica e sexual é responsável pela grande parte das notificações, mantendo o mesmo padrão epidemiológico que aparece na literatura sobre o assunto.

Desde a implantação desse sistema de informação, observa-se que boa parte dos profissionais de saúde tem receio em preencher a ficha de notificação. As dificuldades aparecem em praticamente todos os níveis: nos operadores de saúde, nos gerentes das unidades e nos gestores regionais. Para a área da saúde, a ficha de notificação não é e não vale como denúncia policial. No entanto, confunde-se, frequentemente, notificação com denúncia.

Por que vivemos em uma sociedade silenciosa em relação a essas violências, particularmente, domésticas e sexuais?

Responder a essa pergunta exige investigar muitas dimensões envolvidas no problema. Levando em consideração os limites deste artigo, não será possível analisar em profundidade todos os aspectos, mas citaremos aqueles que entendemos mais relevantes.

A cultura do medo que prevalece em nossa sociedade como uma reação ao fenômeno violento igualmente afeta os trabalhadores da saúde, que se sentem inseguros com as eventuais repercussões e consequências das notificações e do próprio trabalho de acolhimento e cuidado

aos usuários. O medo gera resistências. Os profissionais se sentem, muitas vezes, incomodados e impotentes quando o assunto é lidar com a violência. São diversos os mecanismos de defesa para evitar entrar em contato com essas situações. Este sentimento se justifica em algumas circunstâncias, pois existe a possibilidade de uma reação desfavorável por parte daqueles que cometeram o ato violento. Entretanto, na grande maioria das situações esse temor de represálias não tem fundamento, e mesmo assim muitos profissionais escolhem não notificar.

Há ainda um desconhecimento quase generalizado a cerca do uso que será destinado à informação registrada. É fundamental para a gestão de qualquer política pública consistente para o setor a criação de banco de dados sobre a “epidemia da violência”, garantindo visibilidade e informação de qualidade para a tomada de decisões e organização dos recursos assistenciais.

Nas unidades da saúde a responsabilidade pela notificação deve ser compartilhada pelo gestor local e sua equipe. Como forma de atenuar o receio do profissional em ser identificado ao notificar, tem sido muito comum a gerência responsável pela unidade assinar a ficha. Esse procedimento não exclui a responsabilidade do profissional de saúde na medida em que ele é quem identifica a violência.

A NOTIFICAÇÃO COMO UMA AÇÃO DE CUIDADO

Embora a notificação atenda às necessidades de informação, ela também corresponde a um ato de cuidado, que deve ser consentido pela própria pessoa agredida ou pelos responsáveis, no caso de crianças e adolescentes. Não deve ser anônima como uma denúncia pode sugerir. Notificar envolve igualmente um processo de orientação, de investigação “clínica” e de identificação de encaminhamentos. É uma ação necessária. Saber escolher o momento de notificar pode evitar consequências indesejáveis, e ajudar na elaboração da situação e na definição das medidas mais adequadas de proteção, tanto do profissional de saúde como da pessoa vitimada. Em resumo, uma atitude ética dá sustentação ao ato de notificar, com uma intenção de proteger as pessoas em situação de violência, tratá-las clinicamente, cuidar das relações familiares e informar as autoridades competentes, buscando sempre alcançar esses objetivos, hierarquizando-os na singularidade que cada caso apresenta.

O problema amplia-se no que se refere à notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes. A resistência aumenta em função da obrigatoriedade do encaminhamento de uma via para os Conselhos Tutelares, responsáveis por garantir os di-

reitos de crianças e adolescentes previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Registramos dificuldades na habilidade de alguns conselheiros tutelares em exercer o seu papel. Nesses casos, realmente sugere denúncia, mas trata-se da proteção de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, pois não se pode fugir dessa responsabilidade. Entendemos que, ao registrar o fato, o profissional atua em dois sentidos: reconhece as necessidades dessa criança e chama o poder público à sua responsabilidade.

Cabe aos conselheiros a averiguação de todos os casos notificados por meio de entrevistas, visitas domiciliares e estudos de caso, utilizando as medidas jurídicas necessárias para proteção das crianças e adolescentes. Observamos ser necessário reforçar e valorizar o papel dos Conselhos Tutelares, investindo em parcerias, formação, trocas de experiências etc. Eles são encarregados pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Temos regiões em que a parceria com os Conselhos Tutelares funciona muito bem. Apesar do consenso sobre a necessidade de um trabalho conjunto, ainda prevalece em algumas subprefeituras da cidade um certo impasse, resultando num trabalho isolado

e desarticulado. Trabalhar mais próximo aos conselheiros é uma estratégia importante a ser levada em conta.

Nesse sentido, aproximar-se do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) pode melhorar a articulação das ações entre as equipes de saúde e os Conselhos Tutelares no exercício de suas respectivas competências profissionais.

O diálogo com promotores e juízes também deve contribuir para enriquecer as discussões. Além de dirimir dúvidas e mostrar outras facetas sobre o problema, o discurso legal reforça a necessidade de integração e parcerias entre todos os setores envolvidos.

Concluímos, portanto, que tanto a produção da informação como o trabalho com a informação são fatores essenciais para a formulação de políticas para a superação da violência e prevenção de acidentes. Quebrar o silêncio por meio da informação permite aos órgãos públicos e à sociedade civil reconhecer a questão da violência e dos acidentes como um problema de saúde pública na preservação dos direitos do cidadão. De forma concomitante, os serviços de saúde podem, a partir da informação, reconhecer e valorizar as ações de saúde que desenvolvem e aperfeiçoar a qualidade dos serviços de saúde prestados. ■

da violência à paz

Os números da violência ainda assustam a população. Mas, a cada dia, tomam vulto os números de agentes que estão trocando o medo pela ação para reverter o quadro da insegurança pública em São Paulo

POR GIULIANA CAPELLO E KARINA YAMAMOTO



VÍTIMA DA VIOLÊNCIA. Se você mora em São Paulo, certamente já se sentiu assim. Nas ruas, no trânsito, no trabalho e, às vezes, até em casa. A sensação de que o perigo está em toda parte apavora e custa caro – implica mais grades e menos liberdade. Mesmo acudados entre quatro paredes, não estamos a salvo do crime, que invade a sala pela tela da TV e se convida para o jantar. Banir a violência dos noticiários resolve o problema? Não, esse seria apenas mais um motivo de desentendimento entre a família, que já não sabe mais como se relacionar. Atordoados, reproduzimos hábitos de uma cultura belicosa, intolerante e desatenta com o próximo. Somos, então, vítimas ou agressores? Nos identificamos mais como vítimas, mas no fundo encarnamos ambos os personagens. Nesse labirinto viciado, lideranças comunitárias, entidades civis e governo estão descobrindo que ficar parado só perpetua o cenário. É preciso agir para encontrar a saída – e transpor o atual paradigma, experimentando (e cultivando) atitudes mais pacíficas. Nas próximas páginas, você vai encontrar duas facetas da mesma São Paulo: uma retrata, em números, a cultura da violência. Já a outra, menos conhecida, revela gente e jeitos de buscar a paz.

Violência: um desafio para a população organizada

Quantificar a ocorrência de atos violentos numa cidade é uma tarefa complicada. Como se fosse um caleidoscópio, a violência se dá sob diversas formas. “Qualquer situação que nos impede de desenvolver nossas plenas potencialidades humanas e alcançar a felicidade” é manifestação de violência, nas palavras do especialista em mediação de conflitos John Galtung, da Universidade da Paz da Costa Rica. Para medi-la, é preciso observá-la em seus mais diferentes espectros.

No Brasil, órgãos públicos como o Ministério da Saúde e as secretarias estaduais de Segurança Pública utilizam as mortes por violência como principal termômetro dessa mazela. A justificativa é válida: perder a vida representa a consequência máxima do problema. Os números falam por si mesmos. Na década de 1990, São Paulo viveu uma escalada assustadora dos índices. Nesse período, os casos de criminalidade atingiram também a classe média e, por causa da exposição nos noticiários, provocaram pânico na população.

Para se ter uma idéia, em 1996, uma pesquisa feita pelo Instituto Datafolha apontou a violência como principal problema da cidade para 29% dos paulistanos, superando os itens dificuldades econômicas e desemprego. De acordo com o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), entre 1993 e 1999, o número de vítimas de homicídios na cidade subiu de 4.352 para 6.890, chegando quase à metade dos óbitos dessa mesma natureza ocorridos em todo o Estado. Distritos carentes de infra-estrutura básica concentravam os piores resultados, a exemplo do Jardim Ângela, na Zona Sul da capital. Em 1996, com 250 mil habitantes, o distrito contabilizava 270 favelas e, nesse mesmo ano, foi considerado pela ONU como o lugar mais violento do planeta (*leia mais so-*

bre o Jardim Ângela – e a transformação desse cenário, na pág. 65). Pudera: naquele ano, os indicativos de assassinatos chegou a mais de 116 para cada 100 mil habitantes. O terror levado ao extremo indicava, simultaneamente, o fundo do poço e a hora da reação dos paulistanos.

A RECUPERAÇÃO

Ao contrário de cidades como Nova York, que implantou o programa Tolerância Zero de combate à violência, São Paulo não criou nenhuma ação governamental significativa, suficientemente ampla capaz de mudar o quadro de violência. No entanto, a partir da virada do milênio, ações aparentemente pontuais deram início a uma curva descendente dos índices desse mal. O Mapa da Violência de São Paulo, relatório divulgado em 2005 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), mostra que os índices de homicídios caíram a uma média de 6,7% ao ano entre 1999 e 2003. Os dados mais recentes da Secretaria de Segurança Pública, divulgados em novembro de 2006, mostram que a queda se mantém. Desde o início de 2004, os percentuais entre os homicídios acumulam redução ao redor de 16%.

Isoladas, as contrapartidas não dariam conta de explicar o fenômeno. Uma vez combinadas, elas dão boas pistas dos porquês. A maior eficiência do aparelho de segurança pública e a forte mobilização social – articulada com o poder público – foram a grande marca desse período. No ano de 2000, por exemplo, foi aprovado o Plano Nacional de Segurança Pública, uma compilação de 124 ações em 15 compromissos, que tinham como missão combater o narcotráfico e o crime organizado. A data marca também a marcha dos

estudantes pelas ruas da cidade em campanha pelo desarmamento no Dia Nacional do Basta! Eu Quero Paz. Unidos para além dos interesses comerciais, os empresários fundadores do Instituto São Paulo contra a Violência criaram o Disque Denúncia (181) e fizeram coro com lideranças comunitárias e ONGs que sustentavam projetos de inclusão social, diminuição da pobreza e redução das desigualdades.

Ainda em 2000 foi criado o Infocrim, um sistema estadual paulista que opera em rede, abastecendo um banco de dados com informações coletadas nos boletins de ocorrências de todas as delegacias da capital. Ainda na frente de combate ao crime, foi criado o Fotocrim, sistema que reúne fotos de pessoas presas em flagrante pela PM e de parte da população carcerária do Estado. Mais recentemente, em 2005, o referendo a favor ou contra o comércio de armas de fogo levantou a questão do desarmamento a um âmbito nacional.

Para o Ministério da Justiça, mesmo com a vitória da proposta que mantém, até hoje, o comércio de armas de fogo, depois de 13 anos de aumento constante, foi após o referendo a primeira vez que o número de mortes por armas de fogo caiu no país.

Em outra iniciativa do Governo Federal, mais de 500 mil armas de fogo foram entregues pela população voluntariamente, e destruídas pelo poder público. Também após esse fato, a taxa de crimes feitos com arma de fogo caiu em todo o país. Por um outro lado, as despesas com segurança pública cresceram entre 1998 e 2004. A formação dos policiais também passou por mudanças. Direitos humanos e cidadania foram duas das disciplinas inseridas no novo currículo da corporação. Esse conjunto de medidas foi uma resposta à pressão pública por maior eficiência da polícia contra a violência criminal.

As mortes por homicídio, acidente de trânsito e suicídio ocorridas no período de 2000 a 2006*

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006*
Acidentes de trânsito	1.184	1.405	1.272	1.270	1.172	1.286	992
Suicídio	425	418	393	414	398	451	339
Homicídio	5.979	5.990	5.435	5.013	3.847	2.789	1.904
Total	7.588	7.813	7.100	6.697	5.417	4.526	3.235

FONTE: PROAIM/SMS/PMSP, 2007

*DADOS LEVANTADOS ATÉ SETEMBRO DE 2006



a paz que se quer

Todos esses resultados são consequência de um esforço conjunto. “Iniciativas que colaboraram para a redução das diferenças sociais, com cultura, lazer, esporte, saneamento e transporte, obviamente criaram condições para essa redução”, explica José Roberto Bellintani, superintendente do Instituto São Paulo contra a Violência.

Apesar da queda contínua da violência criminal, os números devem ser interpretados com cautela. Alguns padrões continuam se repetindo até hoje. É o caso, por exemplo, dos jovens entre 15 e 24 anos, que são o grande alvo da violência. É olhar os números e se assustar: na última pesquisa realizada há três anos, as “causas externas” de morte representavam 9,3% dos óbitos. Compare: na população jovem paulistana o percentual foi de 78% (sendo que, nesse grupo, quase 60% foram assassinados).

Outro grande problema diz respeito às armas de fogo, responsáveis por mais da metade dos homicídios. Por isso, elas são o foco de ação de várias entidades da sociedade civil, como o Instituto Sou da Paz, que realiza freqüentemente campanhas pelo desarmamento da população. Para o público infantil, o problema foi tema de uma iniciativa da Associação Monte Azul. No ano passado, eles recolheram armas de brinquedo e realizaram debates para discutir a questão, estimulando brincadeiras mais pacíficas para as crianças e os educadores. Denis Mizne, diretor do Instituto Sou da Paz, lembra que o “sim” pela proibição de vendas de armas de fogo e munição venceu o “não” nas regiões com maior índice de violência no Referendo de 2005. “O resultado foi uma prova do alto grau de conscientização dessas pessoas de que a arma não garante mais segurança”, diz Mizne.

Entender os caminhos da denúncia ajuda a compreender melhor a real situação da violência na cidade, uma vez que as estatísticas não retratam fielmente o cenário. É outro aspecto a ser considerado. Na interpretação dos dados oficiais, há o risco de se considerar o número de crimes registrados como equivalente à quantidade de atos criminosos realmente cometidos na cidade. Recentemente, uma pesquisa da Unesco apontou que no Brasil menos de 1/3 dos incidentes criminais dos quais os entrevistados afirmaram ter sido vítimas foram notificados à polícia.

A PAZ QUE SE QUER

As estatísticas criminais são apenas o lado mais palpável do problema. Falar em paz, no entanto, não é apenas se referir a uma situação em que a violência esteja ausente, mas construir um modelo social que descubra novas maneiras para lidar, respeitar e valorizar as diferenças. Não basta apenas respeitá-las, precisamos entender que as diferenças podem enriquecer nossas vidas, que elas podem nos ajudar a ampliar nossa capacidade para olhar para os acontecimentos cotidianos.

Existe ainda outra violência – silenciosa, cotidiana e invisível – e que, por isso mesmo, se torna naturalizada e difícil de combater. Essa violência está no carro que passa com o som no último volume, no estresse diário do trânsito das metrópoles, nas agressões físicas e psicológicas que impomos às nossas crianças, no ambiente de trabalho, na incompreensão do outro. É uma violência sutil, às vezes simbólica, como a ostentação de riqueza e desperdício em meio à miséria, às vezes legalizada e praticada abertamente, como os horários de trabalho desumanos, que levam as

pessoas a perderem suas vidas tentando ganhá-la. Às vezes é a violência da frustração, do desejo de consumo incitado pela publicidade, mas negado pelo mercado de trabalho. “O abuso contra o idoso, por exemplo, pode ser mascarado. O filho pode ficar com uma procuração do ancião para receber os benefícios dele. Há casos até de gente que coloca dívidas no nome do pai aposentado”, afirma Graziela Acquaviva, coordenadora do Núcleo de Violência e Justiça da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade São Paulo (Puc-SP). “Esse tipo de violência é muito difícil de ser quantificada”, lamenta.

Exatamente por isso, a proposta pela paz vem se dando em várias frentes, cada uma tão importante quanto as outras. Medidas que interferem diretamente em situações de criminalidade como o Disque Denúncia são acompanhadas por outras mais sutis, que combatem a violência simbólica ou investem na construção do diálogo. Instituições de ação localizada, como a Sociedade Santos Mártires, que atua no Jardim Ângela, ganham sentido e escala quando associadas a redes globais, como o Centro de Dharma da Paz ligado à Lama Gangchen World Peace Foundation. O foco na saúde dos sentimentos, proposto pelo Centro de Cura das Atitudes revela-se complementar às ações voltadas ao poder público, como as que são realizadas pelo Conselho Parlamentar da Cultura de Paz.

Fica a esperança de que todos nós, juntos, um dia possamos ver essas frentes se encontrarem, se abraçarem, preencherem a sociedade, em um mundo em que a paz não seja apenas a superação da violência, mas a base a partir da qual todo ser humano possa se realizar plenamente.

frentes de paz

É quase impossível levantar por inteiro o mosaico de instituições e ações

pela paz que ocorrem em São Paulo. E isso, por si só, é uma excelente notícia. Destacamos algumas, que fazem a diferença

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MONTE AZUL

www.montezul.org.br

A associação atua desde os anos 70, “uma época em que ainda não se falava sobre cultura de paz no Brasil”, afirma a fundadora da entidade, Ute Craemer. O foco principal sempre foi aquilo que ela define como “prevenção à violência”, ou seja, ações integradas que visam criar condições materiais, psicológicas e sociais para que crianças e adultos desenvolvam suas capacidades. São programas na área de educação, saúde, alimentação orgânica, criação de ambientes favoráveis e geração de renda que se espalham pela periferia da cidade para muito além de sua área de atuação original, a Favela Monte Azul, na Zona Sul de São Paulo. Pontualmente, a associação também participa de ações com maior visibilidade. Foi o caso da campanha pelo “desarmamento infantil”, realizada durante os debates em torno do referendo sobre a proibição da venda de armas. A campanha recolhia armas de brinquedo, alertando pais e educadores sobre a necessidade de se incentivar um brincar sem violência.

B'NAI B'RITH

brasil@bnai-brith.org.br

B'Nai B'Rith significa “Filhos da Aliança”. É uma instituição judaica internacional ligada à questão dos direitos humanos fundada há 164 anos (atuando no Brasil desde 1932). Sua principal frente de trabalho é a promoção de uma cultura de tolerância, fraternidade e diálogo inter-religioso, combatendo o racismo e a discriminação. Atua em diversas campanhas e ações junto ao poder público e à sociedade civil. Em 2005 promoveu um concurso de redações em parceria com a Secretaria Municipal de Educação. O projeto levou sobreviventes do nazismo às salas de aula para que contassem suas histórias. O tema do holocausto foi tratado de maneira interdisciplinar por professores previamente capacitados e, ao final, os alunos formam convidados a produzirem textos com o tema “Holocausto nunca mais?”. O ponto de interrogação é uma provocação ética, afirma Lia Bergmann, assessora de direitos humanos e comunicação da instituição: “A idéia é que professores e alunos reflitam sobre o que podem fazer para evitar que horrores como o holocausto se repitam”.

CCA – CENTRO PARA A CURA DAS ATITUDES

O CCA – Centro para a Cura das Atitudes surgiu nos Estados Unidos em 1975. Desde então tem atuado no mundo inteiro com o objetivo de melhorar a comunicação entre as pessoas e fornecer ferramentas que ajudem na construção da paz interior. A idéia é ajudar as pessoas a lidarem com seus sentimentos negativos, abrindo caminho para uma vida saudável e pacífica. O CCA atua por meio de grupos de suporte mútuo em instituições como a Febem, a Penitenciária Feminina do Estado e a Polícia Militar. No Hospital do Servidor Público Municipal, por exemplo, o CCA atua desde 2001 ajudando pacientes que sofrem de dores crônicas.

CENTRO DE DHARMA DA PAZ

www.centrodedharma.com.br

O Centro de Dharma da Paz é uma instituição pioneira na promoção do diálogo inter-religioso no Brasil e no mundo. Essa atuação reflete as diretrizes da Lama Gangchen World Peace Foundation. Seu fundador, o venerável Lama Gangchen, já propôs à ONU, em 1995, a criação do Fórum Espiritual das Nações Unidas pela Paz Mundial. A atuação dessa rede no Brasil ganhou força com a criação da Fundação Lama Gangchen para a Cultura da Paz. “O problema do preconceito religioso no Brasil não é uma questão secundária e atinge principalmente as manifestações da cultura afro-brasileira”, lembra o diretor da instituição, Daniel Calmanowitz. Em São Paulo, o centro promove sessões de meditação gratuitas há 18 anos. “Visamos a saúde espiritual e mental, que se reflete na saúde física e na promoção da paz”, afirma Calmanowitz.

CONSELHO PARLAMENTAR DA CULTURA DA PAZ – CONPAZ

[http://www.comitepaz.org.br/](http://www.comitepaz.org.br)

[ConPAZ_ALESP.htm](http://www.comitepaz.org.br/ConPAZ_ALESP.htm)

O Conpaz é formado por 36 instituições, 12 deputados estaduais e 12 suplentes e funciona ligado à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Ele atua como uma espécie de “assessoria parlamentar”, trabalhando em conjunto com deputados nos projetos que se relacionam a temas como direitos humanos,

meio ambiente e inter-religiosidade. “Uma deputada, por exemplo, apresentou um projeto de ensino religioso chamado *Deus na Escola*. O conselho interveio sugerindo que ela mudasse o nome do projeto, porque tratar Deus dessa forma poderia soar estranho às religiões como o budismo ou o hinduísmo”, conta Célia Regina Martins, da comissão executiva do conselho. O Conpaz também facilita a troca de experiências e informações entre as instituições-membro, promovendo uma atuação em rede mais eficaz.

COMISSÃO MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS

<http://portal.prefeitura.sp.gov.br/cidadania/cmdh%20>

A Comissão Municipal dos Direitos Humanos (CMDH), da Prefeitura de São Paulo, criou o Sistema Integrado de Monitoramento dos Direitos Humanos. Segundo José Gregori, presidente da CMDH, “assim como a temperatura medida pelo termômetro ajuda no receituário de uma terapêutica mais adequada, esse sistema de monitoramento da situação dos Direitos Humanos ajudará o planejamento de políticas que visem o aumento da garantia de direitos”. O sistema funciona articulando 32 indicadores sobre cinco dimensões dos direitos humanos: socioeconômica, violência, criança e adolescente, mulher e negro. O resultado é um mapa comparativo que pode ser consultado pela internet (http://www.prefeitura.sp.gov.br/sim_dh).

INSTITUTO SÃO PAULO CONTRA A VIOLÊNCIA

<http://www.spcv.org.br/>

O Instituto São Paulo contra a Violência é formado por associações da sociedade civil e atua em parceria com organizações não-governamentais e com o Estado para a identificação e resolução dos problemas de segurança, qualidade de vida e desenvolvimento comunitário no Estado de São Paulo. Seus principais programas são:

- Disque Denúncia (www.disquedenunciassp.org.br): serviço telefônico anônimo para a denúncia de questões envolvendo segurança;
- Fórum Metropolitano de Segurança Pública (www.forumsp.org.br): articula 39 prefeituras do Estado de São Paulo fortalecendo a atuação conjunta para o combate à violência.

INSTITUTO SER HUMANO

www.ish.org.br

O Instituto Ser Humano contribui para cultivar e construir uma cultura da paz por meio de valores e princípios como a cooperação, amorosidade, desenvolvimento sustentável, apoiando-se na capacidade de o ser humano buscar o melhor de si mesmo e dos outros. As iniciativas procuram ajudar as pessoas a assumir a responsabilidade pelo próprio destino. Estimula-se o trabalho de atenção sobre si mesmo, para expandir a capacidade de desfrutar o momento presente, expandindo as possibilidades de vivência de paz interior. Cada indivíduo é levado a ter sua experiência direta, a ir buscar na fonte, que ele descobre dentro de si mesmo, a inspiração para responder às suas questões pessoais. Um dos projetos do instituto é o “Ser Humano em Paz”, que tem realizado uma série de cursos de capacitação em cultura de paz e mediação de conflitos para profissionais da saúde, da educação e de outros setores da sociedade que lidam com a violência.

INSTITUTO SOU DA PAZ

www.soudapaz.org

A coordenadora de comunicação, Ligia Rechenberg, define o tom da atuação do Instituto Sou da Paz. “Não acreditamos na ‘paz de cemitério’, em que todos concordam. A paz se constrói com o debate, com a exposição das diferenças.” Seguindo esse espírito, o instituto organiza sua ação em torno de quatro eixos: juventude, políticas municipais de prevenção à violência, controle de armas e aprimoramento do sistema judicial. Uma de suas principais ações é o projeto “São Paulo em Paz”, em parceria com a Prefeitura de São Paulo. O instituto faz um diagnóstico da violência junto aos moradores de regiões carentes e assessora a prefeitura na decisão de investimentos que atuam como fatores preventivos, como a iluminação pública.

MOVIMENTO DAS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA PELA JUSTIÇA E PAZ

www.chegadeimpunidade.com

Depois de ver o seu filho assassinado aos 23 anos de idade, Fumiyo Kurisaki transformou sua dor em ação e fundou o Movimento das Vítimas da Violência pela Justi-

ça e Paz, que preside até hoje. O movimento busca congregar pais e mães que tiveram a vida de seus filhos violentamente interrompida. Um dos objetivos é pressionar o poder público para que dêem “respostas com responsabilidade e justiça” aos crimes que permanecem impunes, afirma Luis Henrique Fernandes Soares, diretor da instituição.

PALAS ATHENA

www.palasathena.org.br

Uma das referências da paz na cidade de São Paulo, o instituto busca “aprimorar a convivência humana desenvolvendo ações educativas por meio da aproximação das culturas e articulação dos saberes”. A Palas Athena promove, agencia e incuba programas e projetos nas áreas de educação, saúde, direitos humanos, meio ambiente e promoção social, com a finalidade de aprimorar a convivência humana por meio de aproximação de culturas e articulação dos saberes. Apóia-se em princípios como a ética da responsabilidade, multiculturalidade e transdisciplinaridade. Procura promover o diálogo entre diversas tradições culturais e espirituais, e propiciar o desenvolvimento pessoal, fundado na autonomia e responsabilidade, voltado para a participação comunitária.

PROGRAMA ESCOLA DA FAMÍLIA

www.escoladafamilia.sp.gov.br

A escola é um importante centro de referência, principalmente em bairros que contam com poucos equipamentos urbanos de lazer, cultura e convivência. Para aproveitar esse potencial em benefício das comunidades, a Unesco e o Governo do Estado de São Paulo criaram, em 2003, o programa “Escola da Família”. A idéia é simples: abrir os estabelecimentos de ensino do Estado aos fins de semana, com uma programação cultural e de lazer. O programa hoje atinge mais de 5.300 escolas em todo o Estado.

REDE GHANDI

www.conasmes.org.br

Criada durante o XX Congresso Nacional de Secretários Municipais de Saúde e o I Congresso Brasileiro de Saúde, Cultura de Paz e Não-Violência, realizado de 17 a 20 de março de 2004, na cidade de Natal, Rio

Grande do Norte, que congregaram 1.500 participantes e representantes de mais de 500 municípios de todo país. Sua missão: minimizar a violência sob todos os seus aspectos e manifestações, assim como promover a cultura de paz, não só como o oposto da guerra, mas como conceito que expresse a condição necessária para a promoção do convívio social, assim como para o desenvolvimento pleno do potencial do ser humano.

RIMI – REDE INTERNACIONAL DE MEDIAÇÃO INTERDISCIPLINAR

mediacao.rimi@hotmail.com

A mediação de conflitos é uma prática comum nos Estados Unidos e na Europa há, pelo menos, 30 anos. No Brasil, a Rimi é uma iniciativa pioneira, atuando junto ao Fórum de Santana nos casos que envolvem violência intra-familiar (doméstica) ou conflitos entre membros de uma mesma comunidade. Sempre que uma situação sai do controle e vai parar na polícia, o Boletim de Ocorrência dá início a uma ação judicial. O processo é encaminhado ao Fórum e a Rimi entra em ação antes da primeira audiência. São voluntários nas áreas de psicologia, direito e assistência social, todos capacitados nas técnicas de mediação de conflitos. “Nosso maior objetivo é alterar a dinâmica do conflito e fazer com que as pessoas busquem formas para resolver suas divergências”, diz Renato Soares da Silva, diretor da instituição.

SOCIEDADE SANTOS MÁRTIRES

www.santosmartires.org.br

A missão da Sociedade Santos Mártires é “ser uma chama de esperança, na região do Jardim Ângela, por meio de ações que valorizam a vida de crianças, jovens e adultos, estimulando-os à prática da cidadania”. A instituição surgiu em 1996, quando o bairro ocupou o noticiário como um dos bairros mais perigosos de São Paulo. Graças aos esforços da Santos Mártires, junto a outros parceiros, o Jardim Ângela se tornou um modelo de “volta por cima”, vendo o índice de homicídios cair cerca de 75% nos últimos anos. A receita é clara: “Trabalhamos a construção coletiva da paz”, afirma Regina Conceição da Paixão Gomes, do departamento administrativo da sociedade. ■

a prática da paz

Um curso para capacitar profissionais de saúde ensina como a violência faz parte da nossa cultura. E como é possível construir outro modo de viver, trabalhar, ouvir e atender as pessoas. Tudo em sintonia com a cultura de paz

POR ALESSANDRO MEIGUINS FOTOS ANDRÉ SPINOLA E CASTRO
PRODUÇÃO CAMILA LISBOA ILUSTRAÇÃO FABIANO SILVA

Em diversos momentos, a violência vai nascer, antes de tudo, por meio de um julgamento de valor que ocorre dentro da cabeça do ser humano

NÃO PODERIA SER MAIS SIMPLES. Acompanhe o raciocínio: ao escutar ou analisar alguém, temos uma tendência a criticar ou julgar suas palavras, atitudes. De forma imediata, as classificamos. Podemos deduzir que contam verdades, ou mentiras. Podemos achar suas idéias boas ou equivocadas, podemos gostar ou desgostar de suas ações, segundo nossos critérios pessoais e conceitos de vida. Nossa mente, apoiada em valores e crenças, julga e produz um diagnóstico, um veredicto. Muito bem. Até aqui não há espanto nem dúvida. E não é difícil para você concordar que age assim, e que isso é até muito natural, não é? Mas se eu lhe disser que esse tipo de atitude, o julgamento e a crítica em relação aos outros, é responsável pela geração de uma boa parte da violência que há no mundo? Porque, em alguns casos, a pessoa não só ouve, julga, e condena, mas também aplica uma punição, um castigo. Essa punição pode ser uma resposta gélida, uma bronca, um empurrão ou um tapa. Assim como pode ser um tiro. Em diversos momentos, a violência nasce, antes de tudo, por meio de um julgamento de valor que ocorre dentro da cabeça do ser humano. Na minha, na sua, na de todos nós.

O pior lado dessa história a princípio é imperceptível, mas tem conseqüências reais bem visíveis. Nossa mente se torna tão viciada a funcionar pela lógica do julgamento e da crítica, que acredita que essa tendência é normal. Nem percebe que funciona assim, boa parte do tempo todo. Fazer julgamentos parece algo normal e corriqueiro, mas a mente pode cometer enganos. Diariamente. Afinal, quem pode ter toda certeza de que sua percepção está correta, de que suas crenças são as mais apropriadas e justas do mundo? É viável que você sempre tenha razão, em tudo? No final, pode ser duro de admitir, mas nossa percepção do mundo e das pessoas pode ser para lá de limitada (e equivocada). Aprender a reconhecer que somos parte dessa cultura predominante em nossa sociedade, que julga e gera a violência, é apenas o início da primeira aula do curso técnico Redes de Paz. Em todas as seis aulas do curso, oferecido pela Área Técnica de Cultura de Paz / SMS, em parceria com o Instituto Ser Humano (ISH), de São Paulo, são muitos os conceitos sobre violência e paz que são discutidos exaustivamente. Conceitos que vão além das palavras, atravessando as fronteiras da sala de aula para gerar mudanças no cotidiano – muitas vezes violento – dos profissionais.

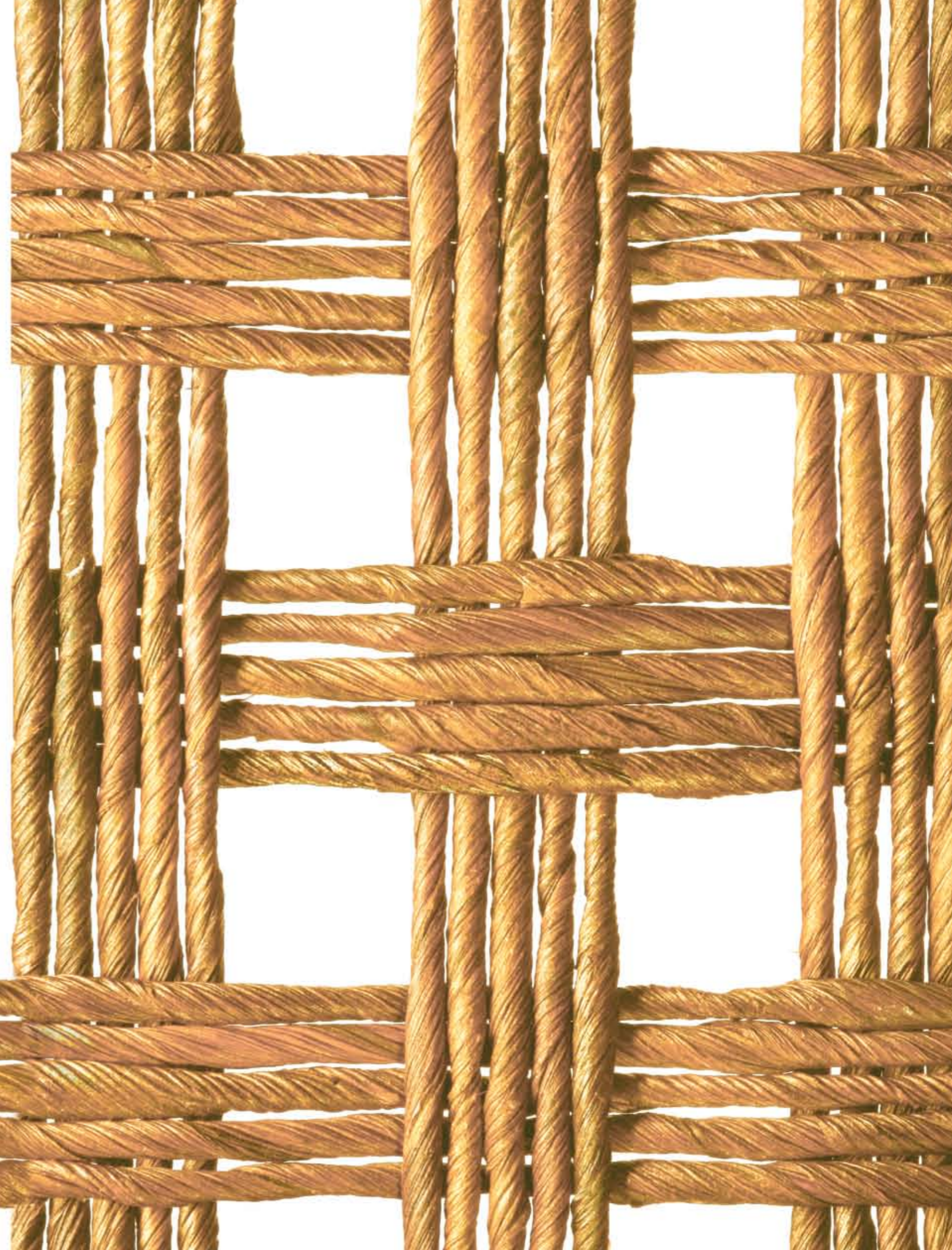
As tecnologias da paz podem ajudar os profissionais de saúde a lidar com inúmeros desafios

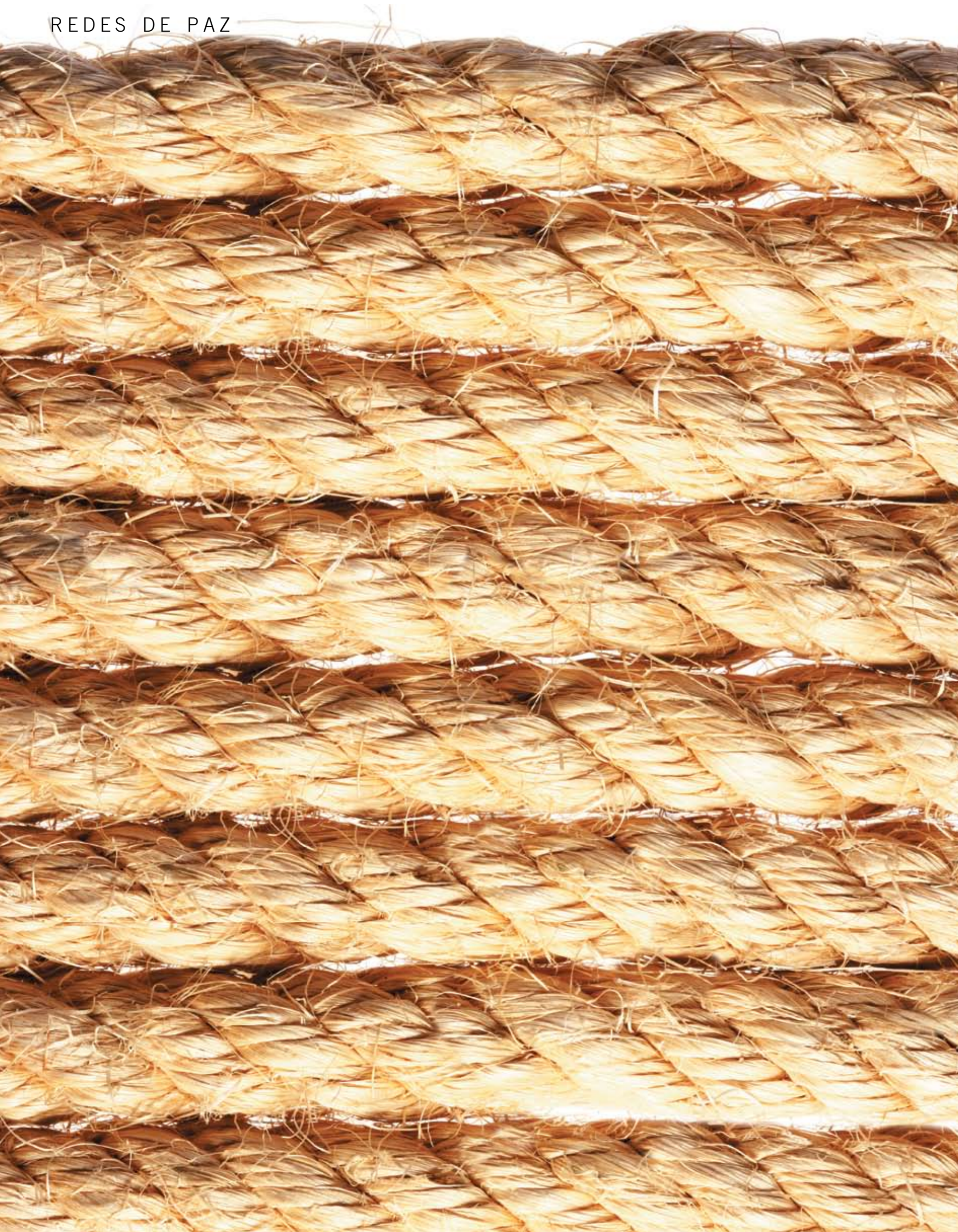
SAÚDE EM CHOQUE

O profissional de saúde que lida todos os dias com a violência muitas vezes se sente incapacitado e impotente para exercer satisfatoriamente sua função de cuidador. Com o setor de saúde empenhado em atender tantos casos, o atendimento a todos os tipos de situação de violência pode ser experimentado como uma sobrecarga demasiada. A violência é considerada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) um sério problema de saúde pública da atualidade, tanto para os países desenvolvidos como para os países em desenvolvimento. No ano de 2003, os hospitais públicos e conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS) realizaram 753.304 internações por acidentes e violências. Esses agravos ocuparam o sétimo lugar no total de internações, se excluídos os partos. Não há dúvida de que esses altos índices de violência causam efeitos danosos ao sistema de saúde. Os profissionais da área estão adoecendo mais, pedindo um número cada vez maior de licenças médicas e, em alguns casos, deixando a profissão.

PAZ: UMA ESTRUTURA

Em contrapartida, há quase dez anos, em 1998, por ocasião da celebração do cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, um grupo de ganhadores do Prêmio Nobel da Paz se reuniu e redigiu o “Manifesto 2000 por uma Cultura de Paz e Não-Violência”. Diferentemente do que muitos podem imaginar, esse simples manifesto trouxe uma nova visão sobre a paz. Um pensamento que até hoje repercute e auxilia aos profissionais que buscam transformar a realidade violenta em que estão inseridos. Um resumo: a paz não é uma atitude passiva, nem estagnada, que tudo aceita sem reclamar. Ao mesmo tempo em que é definida pela ausência da violência, a paz necessita de condições objetivas e subjetivas para existir. Se por um lado a paz nasce dentro de cada pessoa, a mesma paz precisa ser construída e estendida para todas as relações sociais de modo a garantir uma vida com dignidade para todos. A paz de “dentro” se articula com a paz de “fora”. A partir da união entre as pessoas, organizações, governo, empresas vão se formando as tramas... E a paz se transforma em rede.





Quando o cuidador está centrado, mais tranquilo para ouvir e acolher, ele se sente mais capacitado para estender a mão a quem precisa

NOVAS FORÇAS, NOVO FUTURO

Procurando se pautar nos princípios da cultura de paz, o curso se propôs uma missão ousada: melhorar a capacidade dos profissionais de saúde em cuidar de pessoas em situação de violência. Para isso, o primeiro passo foi o de mexer com as estruturas internas das pessoas. Durante as capacitações, os profissionais puderam experimentar nas aulas um conjunto amplo de tecnologias da paz. Houve dias em que os participantes (mais de 700, matriculados em diferentes regiões da cidade) expuseram os sentimentos que vivenciaram em dias de violência, e os compararam com momentos de paz. Em outras ocasiões, fizeram exercícios de relaxamento, para manter a atenção no momento presente, no “aqui-agora”, de forma relaxada. Aprenderam a apurar os ouvidos, exercitando a escuta empática, para conseguir ouvir com qualidade um ponto de vista diferente sem julgar. Também foram estimulados a falar de seus problemas na primeira pessoa, assumindo a responsabilidade pelas escolhas que realizam a cada instante de suas vidas. Também, aprenderam muitas técnicas de mediação de conflito, oferecidas para ajudar a superar resistências e dificuldades no diálogo entre as pessoas. Quando o cuidador está centrado, mais tranquilo para ouvir e acolher, ele se sente mais capacitado para estender a mão a quem precisa. E nesse esforço para minimizar o impacto da violência e construir uma cultura de paz, é fundamental investir no trabalho em rede, tecendo uma trama de relações entre pessoas e organizações em que todos se ajudam. Resolver problemas de forma solidária é o caminho da paz. Juntando esforços, contatos, participando de fóruns, articulando recursos da comunidade, bem, interagindo com todos, é assim que a paz pode ser finalmente vivenciada. Para melhorar a condição de trabalho de todos aqueles envolvidos na superação desse problema, só arregaçando as mangas e interferindo em toda a sociedade.

Não há caminhos para a paz, a paz é o caminho

A MINHA, A SUA PAZ

Se todos os participantes do curso sentiram o impacto dos conceitos da paz em suas vidas, eu, como repórter, não saí ileso. Pelo contrário, fui atingido no centro de minhas convicções. Ao refletir sobre minha vida, percebo que ela poderia ter um pouco de tudo, menos paz.

E que se eu era bom para falar de ações pelo bem do planeta, na prática pouco ou nada fazia por minha paz pessoal, quanto mais pela dos outros. A realidade era esta: vivi muito tempo sem paz, esperando que ela simplesmente chegasse, viesse com num passe de mágica e transformasse minha vida. Mas se não há caminhos para a paz, e a paz é o caminho, é preciso entender que a paz requer suor, esforço, disciplina. Uma atenção cuidadosa, uma intenção entregue em todos os momentos da vida. Uma responsabilidade da qual não se pode fugir, a não ser que queiramos abrir mão de nossa própria felicidade. Essa sim, a idéia mais impactante do curso. ■

Depoimentos de participantes do curso Redes da Paz ministrado na UBS de São Miguel Paulista, no segundo semestre de 2006

“O Redes de Paz proporcionou uma reflexão profunda; me ajudou a compreender o outro e a olhar o mundo e a realidade com novos olhos.”

josivaldo lima

“Pude repensar as questões de violência. E, com isso, rever o meu papel enquanto educador e promotor de uma cultura de paz.”

jair garcia dos santos

“O curso foi de uma importância muito grande porque me ajudou a entender os conceitos de uma cultura de paz. Além disso, graças a ele pude aprender a ouvir mais, e melhor, as outras pessoas.”

maria josé de carvalho silva

“O curso foi fantástico. Renovou muito as minhas expectativas de trabalhar e colaborar para uma cultura de paz e não-violência, principalmente com os jovens. A Rede está funcionando. Estamos tendo reuniões mensais e já traçamos metas.”

vânia maria ferreira de freitas

“O curso Redes de Paz clareou as minhas idéias. Sempre achamos que violência vem do outro, e no curso percebi que ela também parte da gente. Todos nós cometemos atos violentos. A partir dessa constatação, percebemos que a responsabilidade também é nossa. Está em nossas mãos acabar com a violência, basta que cada um de nós procure ser um exemplo.”

catarina gomes carvalho

“O curso nos deu esperança e confiança. Percebi que ainda tem gente interessada e disposta a lutar para diminuir a violência. Antes de fazê-lo, estava quase perdendo as esperanças, mas depois vi que é preciso divulgar os conceitos de não-violência para ajudar famílias.”

sônia carbone

“O curso ajuda a conhecer parceiros, ajuda na resolução dos problemas. Você sofre muito enfrentando os problemas sozinho.”

carlota joaquina

agentes da paz



Nas 24 supervisões de saúde da cidade de São Paulo, são muitos os projetos em curso que se voltam à criação de paz. Conhecemos cinco dessas iniciativas. Encontramos uma agente comunitária em Guaianases que se dedica intensamente aos seus credenciados. Uma médica no Campo Limpo empenhada em levar o diálogo a todas as unidades de saúde do seu bairro. Uma casa assistencial no Itaim Paulista que orienta (e cuida) de agressores que querem deixar de fazer vítimas. Em Pirituba, uma rede de paz em processo de formação. No extremo oposto da cidade, outra rede, já bem sólida, reformula o cotidiano do Capão Redondo. Nesse mosaico de esforços dos chamados agentes da paz, retratados nas páginas a seguir, não importa o alcance e a efetividade de suas ações: em todas, exemplos de empenho, compromisso e responsabilidade em prol da construção da paz por todo o município.

de porta em porta

O trabalho de um agente comunitário de saúde é minucioso e preventivo. Eles são quase 6 mil na cidade e cada um atende em média 200 famílias. Acompanhe o dia-a-dia de um deles, a Zenith, na região de Guaianases

POR MARIANA LACERDA FOTOS RENATA URSAIA





AS 250 FAMÍLIAS CADASTRADAS NO CADERNINHO AZUL de Zenith têm nela um porto seguro. Porque Zenith gosta de ouvi-las. E o que as pessoas precisam é serem ouvidas. Então ela ouve. Anota os problemas que as pessoas falam, desabafam. Os problemas dos outros, por sua vez, produzem impacto em Zenith. Ela elabora, entende, quer ajudar. Atenta aos problemas das pessoas, segue em busca de respostas que possam ajudá-las.

Foi num dia qualquer que a vizinha de Zenith, a do lado direito da sua casa de número 102A da rua Freguesia da Cachoeira, avisou a ela de um curso para ser agente comunitária ali no bairro de Guaianases. Zenith foi. “Me achei”, diz ela, que logo passou a trabalhar no posto de saúde dali. Tornou-se uma agente comunitária.

Agente comunitário é um elo entre o serviço de saúde e a comunidade. Como mem-

bro dessa comunidade, e o convívio íntimo com ela, um agente conhece seus problemas e dificuldades. E estabelece, portanto, relações mais apuradas entre aquele que cuida e quem é cuidado. Na prática, um agente de saúde comunitário tem como trabalho ir de porta em porta, saber se quem mora por ali está bem. O trabalho não é pequeno, não. Saber se a família vai bem significa bater de casa em casa, perguntar sobre a prevenção da dengue, dos exames ginecológicos da mulher, acompanhar a saúde das crianças, se a pressão baixou, se a diabete está sob controle. Sempre são as mulheres que estão em casa.

Além de tudo isso, as anotações de um agente de saúde vão fornecer para a equipe do serviço de saúde uma visão mais abrangente, e mais próxima da realidade socio-cultural da comunidade. Além, claro, do re-

gistro de óbitos, nascimentos e ocorrência de doenças. É este o trabalho de Zenith. E mais de outros 5.730 agentes comunitários existentes em toda a cidade de São Paulo, que atendem, segundo números da Secretaria Municipal de Saúde, quase 1 milhão e 200 mil famílias.

O caderninho azul de Zenith, capa dura, com suas letras redondas com os nomes de suas 250 famílias cadastradas vale, portanto, ouro. E como. Não somente pelos dados que passa, de mês em mês, à Secretaria de Saúde. Mas pelo acompanhamento que ela faz, corpo a corpo, da saúde de quem ela chama de “meus cadastrados”.

Zenith acorda cedo. Às 8h já está a postos. Na rua, ela deixa de ser Zenith para chamar-se Zê. Livra-se assim do nome que ganhou por um acaso há 46 anos quando, logo no dia do seu nascimento, o pai inventou de



guaianases

ZONA: LESTE

POPULAÇÃO: 106.206 HABITANTES

UNIDADES DE SAÚDE SOB GESTÃO MUNICIPAL – SMS: 8

lajeado

ZONA: LESTE

POPULAÇÃO: 167.610 HABITANTES

UNIDADES DE SAÚDE SOB GESTÃO MUNICIPAL – SMS: 11

olhar para as folhinhas do calendário. “Que nem hoje tem ali, sabe, está vendo ali Ótica Glória? Naquela época tinha escrito Zenith. Parece que era uma marca de TV.” Daí, o pai dela, seu Augusto, inspirado na folhinha, colocou o nome da filha de Zenith (Rodrigues dos Santos). Depois, muitos anos depois, Zê descobriu que zênite é o ponto do céu que está bem em cima da nossa cabeça. Uma estrela que serve de guia. “É por isso que devo ser uma televisão bem cara”, diz Zê, às gargalhadas.

E ela é cara mesmo. Muito além de preocupar-se com os dados que deve repassar para as estatísticas da Secretaria de Saúde, Zê toma para si os problemas de seus cadastrados. Fazer de pessoas como ela, com o coração que tem, uma agente de saúde comunitária pode ser a grande sacada desse programa de governo cujas bases começaram a se desenvolver há cerca de dez anos. É que Zê não está interessada apenas nos números, nos dados sobre a incidência de doenças, drogas, dengue e tal. Ela está cuidando de seus vizinhos, compadres, amigas, gente quem viu crescer ou chegar à região onde ela vive há pelo menos 20 anos. Ela conhece então a causa daqueles problemas, o que aflige aquelas pessoas. E por poder entender, ela ouve. E por ouvir e entender é que

Zê tem condições de levar para frente, até o posto de saúde da região, as reclamações de seus cadastrados. É como se ela soubesse falar a mesma língua que eles, quando estão sentindo alguma forma de dor.

Pois de dor, Zenith entende. Numa tarde, Zê chegava do trabalho quando passou por Karine e Karol, suas filhas gêmeas que estavam brincando no portão de casa. Abraçou Karol e disse algo como “minha gostosa”. Foi Zê dar as costas e entrar em casa que um caminhão da Eletropaulo, desgovernado pela rua Freguesia da Cachoeira, uma ladeirinha, atingiu em cheio Karol. “Minha menina”, pensou ela, antes de se virar para ver o que tinha acontecido. Karol, linda, nos seus 6 anos de idade, morreu na hora.

Alguns anos depois, Zenith estava em casa quando o marido da sua segunda filha, a Gersiane, chegou dizendo que a moça tinha sido encontrada no rio, morta. Não demorou muito para que todo mundo ficasse sabendo que foi ele, que era o segundo marido de Gersiane, quem bateu a cabeça da moça de 24 anos numa pedra até ela morrer. Estavam no terceiro mês do segundo casamento de Gersiane. Do primeiro, tinha nascido Bianca, hoje com 8 anos. Zê então virou mãe da neta Bianca, seu xodozinho, “meu amor”. Bianca virou mãe de Lady, uma ca-

chorrinha branca que vive em seus braços.

Por essas e não outras que Zê foi percebendo que a vida é mais forte do que nossos anseios, mas também mais sábia. Foi ganhando calma, adocicou a voz. Quando se tornou agente de saúde comunitário, já sabia que para resolver os problemas de seus cadastrados, da falta de remédios à falta de médico no posto de saúde, não vale a pena se esgoelar, brigar, falar alto. Quando quer reivindicar direitos, reclamar ou se fazer ouvir, Zê fala manso, pausadamente. “Mas firme”. E olho no olho. “Desde quando a verdade é branda”, diz.

Há tempos, aliás, que ela não sabe o que é gritar, perder a cabeça. E talvez a última vez nem tenha sido quando as suas filhas foram mortas. Mas, sim, lá nos seus 20 anos, quando se cansou de ver as tantas e tantas vezes a mãe, dona Jesuína, ser espancada pelo finado padrasto, seu Luiz Félix. Era tanto chute na cabeça de dona Jesuína que ela chegou a ter um coágulo. Que se sabe lá por qual ordem do Espírito Santo a não matou, nem tampouco a deixou lesada. Antes que acontecesse, Zenith se revoltou, se levantou correndo e resolveu dar um basta na situação: bateu no padrasto com um pedaço de madeira. “Ele caiu feito um saco de feijão”, conta.

Anos mais tarde, o padrasto de Zenith teve uma morte digna, como conta a mãe da

agente, Jesuína. “Morreu dormindo”, diz ela, que hoje mora com Zê, suas netas e bisnetas. Com o tempo, Zê e seus irmãos viram que ele era ruim, sim, mas que, ao menos, criou eles, as crianças. Uma certa gratidão ficou então na lembrança. Com a morte dele, a família teve que deixar a Penha, bairro mais atraente, mais fácil, mais próximo de tudo. Foram viver longe, em Guaianazes, no extremo leste de São Paulo, a 25 quilômetros do Centro. Área considerada, junto com o Jardim Ângela, uma das cinco regiões mais violentas da capital paulista.

Foi em Guaianases que Zê criou seus filhos, casou e descasou, viu sua menina morrer no portão de casa. Mas foi também ali que ela se achou, graças a vizinha que avisou a ela, há pouco mais de três anos, do curso de agente de saúde comunitária. “Desde então, estou em paz comigo mesma e com as pessoas. Pois para tudo tem um limite. Eu achei o meu.”

Zenith se identificou tanto ao aprender a se dar com gente, ouvir problemas e tentar resolvê-los, que se destacou na sua turma da Escola de Enfermagem Almeida Santos. Ali, tanto ela como Paulo, seu principal professor, já sabiam que ela se tornaria uma exímia profissional de uma tendência no serviço público de saúde que só faz bem e tende a



Zê está cuidando de seus vizinhos, compadres, amigas, gente que viu crescer ou chegar à região onde ela vive há pelo menos 20 anos

São mais de 15 famílias visitadas todos os dias,

crescer: (pôr) trazer mais humanidade aos diagnósticos de saúde e prevenção de doenças. Com mais diálogo, afeto e entendimento entre pessoas.

Recebeu então um convite para fazer estágio em Cuba, excelência em medicina comunitária. Mas acontece que Zenith não quis ir a Cuba. “Tenho duas crianças para criar”, diz ela, olhando para Karine, a irmã de Karol, agora com 13 anos, e para Bianca, sua neta-filha.

A verdade é que Zenith até que poderia ter deixado as duas meninas com suas outras filhas, Regiane e Viviane. Só por um aninho, elas cuidariam. “Mas quem iria contar a mesma história 300 vezes, como elas pedem? E ouvir a banda Calypso 300 vezes?”, se pergunta. Por essas e outras é que Zê ouve pela vizinhança comentário do tipo: “Com uma avó igual a ela, quem precisa de mãe?”. “Precisa sim, quanto mais carinho, melhor”, responde rápido.

PERNAS

Zenith sai de casa às 8h, a pé. São de 15 a 16 famílias que visita todos os dias. Sem contar as pessoas que vão parando ela no meio da rua. Não raro, são meninos e meninas que antes que ela chegue até as casas delas chamam “Zê, Zê, Zê” (é o que se ouve em cada esquina quando ela passa, com sua pastinha azul embaixo dos braços, uniforme azul e batom vermelho). Querem falar de camisinha, anti-concepcional, gravidez. Ela ouve, fala o que sabe, aconselha. Manda as meninas irem ao posto de saúde marcar exames ginecológicos. Conselhos dados, segue andando. E não conta a ninguém sobre qualquer desejo alheio.

Segredo, aliás, é coisa que ela sabe guardar. Isso, de todos seus cadastrados. Zê sabe, ou ao menos especula, o motivo da diabete, da pressão alta. “Em geral, é frustração”, diz ela. Que vem anotando mais e mais em seu caderninho azul dados de depressão entre os jovens. “Eles não estão conseguindo ter autonomia, se realizar profissionalmente. E isso deprime”, diz ela.

Como deprimiu Viviane, a moça que mora atrás da rua da casa de Zenith. Viviane, por volta de seus 20 poucos anos, sustenta a casa. Sua mãe, Anésia, fica o dia inteiro, literalmen-

te, com o neto Iago, o filho de Viviane, nos braços. Iago nasceu com microcefalia. Aos 5 anos, não desenvolveu força motora. Precisa de assistência o tempo todo. Precisaria ainda de uma cadeirinha ortopédica, para dar liberdade à Anésia. Uma cama hospitalar, para que ela não precise se curvar tanto durante o dia para trocar as fraldas de Iago.

Por conta de Iago, e de mais tantas pessoas especiais que moram em Guaianases, algumas que sofreram AVC e que se recuperam lentamente (ou não), foi que Zê começou a sonhar mais alto. Quer fazer faculdade de fisioterapia e, após se formar, montar uma organização não-governamental, “tudo muito arrumadinho, com piscinas térmicas”, para ajudar na reabilitação de pacientes como Iago, para ela uma fonte de inspiração.

Foi ele, e mais as tantas tragédias em que já passou na vida, que ensinaram a Zê que violência pode ser sutil, não precisa ter sangue, tapa. Para Zê, certas maneiras de falar ferem tanto quanto um tapa no rosto. “Preconceito é violência”, diz. Que se refere ao que se passa com Viviane, a exímia mãe de Iago, quando os dois saem a passear pela rua. As pessoas não aceitam e, claro, comentam à boca miúda, o fato de Viviane, moça linda, ter colocado no mundo uma criança especial. “Isso sim é violento”, diz Zê. Como foi violento ver suas duas filhas mortas, vítimas de violência. “O povo pensa que violência é sangue. Sim, violência é sangue. Mas é também palavra, também é preconceito e intolerância.”

Zê acredita que a violência se desfaz no convívio com as pessoas. Ela entende que os problemas muitas vezes podem aproximar uns aos outros. É com esse espírito que ela leva até o posto de saúde de Guaianases os problemas de seus cadastrados. E provoca ali uma revolução, porque ela também ouve e discute os problemas enfrentados pelo posto. E tenta resolvê-los. Encontra eco junto às outras seis colegas de trabalho, e também na enfermeira chefe, Juliana Araújo. Que não se assusta com os problemas que Zê traz para ela das ruas. Juliana, como a Zê, se desdobra para resolvê-los. As duas sabem, como diz Juliana, que “para consertar é preciso antes desabafar, escutar, entender o outro”. ■

em um expediente sem hora para terminar





os caminhos de cuidado

A assistente social Beatriz Quartim Barbosa Oliveira trabalha pela cultura de paz na Zona Sul de São Paulo – líder em denúncias de maus-tratos contra crianças e adolescentes. Conheça também outras iniciativas que atuam na região

POR ANA PAULA ORLANDI FOTOS REGINA DE GRAMMONT



No limite do tempo, é preciso saber ouvir os pacientes

JOSÉ CHEGOU ALCOOLIZADO AO HOSPITAL Municipal do Campo Limpo, na Zona Sul de São Paulo. Ele levava nos braços o filho de 5 anos que havia espancado. “Em situações assim os segurancas costumam conter o agressor, ainda mais se ele estiver bêbado. Os outros usuários também se revoltam e querem partir para cima de quem praticou a violência”, conta a assistente social Beatriz Quartim Barbosa Oliveira. Na hora, Bia, então coordenadora do serviço social do hospital, resolveu ouvir o pai, enquanto o menino recebia os cuidados médicos. O pedreiro lhe contou que havia rodado o dia inteiro em busca de emprego, cumprindo uma rotina dos últimos seis meses. Naquele dia ao voltar para casa encontrou um amigo na porta do bar e aceitou a oferta do trago: tomou uma, tomou duas, tomou todas. E bêbado seguiu rumo ao barraco. Ao entrar, não segurou a onda do desemprego, do lamento de fome do filho, da culpa pela bebedeira e descarregou tudo no menino. “Nada justifica espancar uma criança, ainda mais quando ela chora de fome”, diz Bia. “Mas escutar o pai naquele momento foi fundamental para entender melhor a situação e buscar um encaminhamento ou uma resposta eficaz para o problema.” Por conta

disso, o caso foi encaminhado para a Vara da Infância, que inscreveu José no grupo dos Alcoólicos Anônimos e também em uma frente de trabalho. “Simplesmente julgar o agressor é também uma forma de agressão. É preciso entender o contexto, ajudar as pessoas envolvidas a modificar as condições de sofrimento que levam à violência. Se tivéssemos somente rotulado e punido José como agressor estaríamos respondendo à violência com outra violência”.

FORMIGUINHA

É assim, tal e qual uma formiguinha, que Bia trabalha pela cultura de paz no Hospital Municipal do Campo Limpo – principal referência de saúde pública para os cerca de 1,5 milhão de habitantes dos bairros do Campo Limpo, Capão Redondo, Jardim São Luiz e Jardim Ângela, todos na Zona Sul de São Paulo. “A ferramenta básica da cultura de paz é o diálogo”, explica Bia, hoje assessora técnica da superintendência da autarquia do Campo Limpo, que engloba o hospital e mais quatro pronto-socorros da região. “É preciso compreender a situação. Não justificar, que é uma categoria moral, mas explicar para compreender”, completa ela com um

campo limpo

ZONA: SUL

POPULAÇÃO: 203.455 HABITANTES

UNIDADES DE SAÚDE SOB GESTÃO MUNICIPAL – SMS: 7



preceito do célebre mediador Johan Galtung, um dos líderes da cultura de paz no mundo.

Não é de hoje que Bia procura colocar em prática essa teoria dentro e fora do hospital em que trabalha há cerca de 15 anos. Em 1999 ela fundou com um grupo de amigos o Instituto Ser Humano (ISH, pronuncia-se *ishi*), com o objetivo, segundo o site da ONG, de “refletir sobre o mundo em que vivemos e criar formas de expressão pacífica em nosso cotidiano”. O ISH, em parceria com a Área Técnica de Cultura de Paz da Secretaria Municipal de Saúde, vem se responsabilizando pela coordenação de inúmeros cursos para profissionais da saúde na cidade de São Paulo no sentido de capacitá-los para lidar com a violência. Os princípios da cultura de paz, a mediação de conflitos, e a oferta de tecnologias para qualificar a escuta e o acolhimento constituem o conteúdo desses cursos. Nos últimos dois anos, mais de 700 profissionais da rede de saúde participaram dessas iniciativas. O ISH é composto em sua maioria por profissionais ligados à área da saúde.

A assistente social não apenas integra a equipe de oficinas do ISH como também passa seu recado no curso de pós-graduação em Enfermagem Obstétrica da UniSão-

Paulo. “Procuo transmitir aos alunos a importância de se ouvir o paciente”, diz. Para Bia, escutar com o coração é, sim, uma prática viável mesmo na correria do nosso sistema público de saúde. “Na escuta empática se ganha tempo em vez de perdê-lo. A vítima da violência, em geral, se cala e chega com outras queixas físicas, como uma dor nas costas ou no estômago. Ao se sentir ouvido, o paciente pára de dar voltas e fala o que realmente importa”, argumenta.

O médico Fábio Luiz Vieira, que trabalha na Subprefeitura do Campo Limpo e no Programa de Saúde da Família da Associação Congregação de Santa Catarina, ambos na Zona Sul de São Paulo, concorda com Bia. Em 2005 ele participou de uma das vivências do ISH e faz o seguinte relato para a REDES DE PAZ: “A oficina ampliou a importância de se estar presente e ouvir o paciente durante o atendimento. Em hospitais públicos e postos de saúde trabalhamos com o limite do tempo. Assim, na grande maioria das vezes ouvimos o outro, mas nos atemos mais ao corpo físico, esquecendo que a questão emocional tem tudo a ver com a saúde física. Só quando ouvimos o paciente de forma global conseguimos realizar um trabalho efetivo.”

FACES DA VIOLÊNCIA

Segundo Bia, o alto índice de estresse entre profissionais da rede pública de saúde motivou a criação dos cursos de capacitação. “É muito desgastante se deparar com a violência o tempo todo no ambiente de trabalho.” Uma das mazelas enfrentada por médicos, enfermeiros e demais profissionais diz respeito ao próprio ritmo de atendimento. “Quando precisamos atender uma longa fila de espera e não podemos atender com qualidade, e ainda somos cobrados pela agilidade, sofremos a chamada violência institucional”, define Bia.

Além dessa questão, os profissionais precisam ainda dar conta de outras facetas da violência. Existe a violência objetiva, aquela que se refere ao atendimento às vítimas de tiroteio, facada, espancamento e acidentes de carro. Mas também precisamos lidar com a violência simbólica – velada e mais difícil de ser percebida. “É o marido que não deixa a esposa trabalhar fora por achar que mulher serve apenas para pilotar fogão”, exemplifica Bia. “No fundo, são todas as formas de dominação presentes em qualquer classe social, pois a violência não é apenas gerada pela miséria.”

Mas é inegável que a violência estrutural – a falta do básico como comida, habitação, saneamento e emprego – está na raiz de boa parte das tragédias cotidianas. “É difícil pensar em cultura de paz quando não se tem o mínimo garantido”, constata Bia. Para se ter idéia, existem cerca de 1,4 milhão de pessoas na linha ou abaixo da linha da pobreza nas periferias paulistanas, de acordo com o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, elaborado pela Fundação Seade. Nesse contexto se insere a favela do Parque Santo Antônio, próxima do Hospital Municipal do Campo Limpo. “Aqui o bicho pega. Meninas de 10 anos se prostituem para comprar xampu, sapato. Os jovens crescem sem opções de lazer e de educação e acabam se refugiando no tráfico de drogas”, conta a psicopedagoga Dagmar Garroux, fundadora da Casa do Zezinho, ONG que atende cerca de 1.200 crianças e adolescentes da região.

COLHER QUENTE

Atualmente, o Hospital Municipal do Campo Limpo atende uma média de mil consultas por dia. “Temos muitos casos de violência contra crianças”, narra Bia. Na semana da entrevista três histórias haviam chocado os profissionais. Um deles de uma mãe que havia queimado o filho com uma colher quente. O segundo de um menino que deu entrada como amidalite, mas durante o atendimento o médico percebeu que a criança era barbaramente açoitada pelos pais. E, por fim, o drama de um garoto de 8 anos que entrou no hospital reclamando de febre. Durante a consulta, notou-se que a criança estava com doença venérea na região anal em um claro indicio de abuso sexual. Nos dois últimos casos as famílias fugiram levando as crianças. Mas, felizmente, o pediatra comunicou as histórias em várias instâncias e o hospital solicitou um mandado de busca dos dois pacientes.

No caso, o pediatra havia sido sensibilizado pelo Programa de Atendimento às Vítimas da Violência (Seravivi), oferecido pelo hospital. Segundo Bia, não raro o profissional entra em conflito por não saber qual atitude tomar

e acaba não se aprofundando na situação até mesmo por um mecanismo de defesa. “Por ser um conceito novo, a cultura de paz ainda engatinha aqui, mas já começamos a trabalhar em rede, a exemplo do Seravivi”, comenta a assistente social.

ATRÁS DA PORTA

Longe de ser uma tragédia brasileira, a violência contra crianças e adolescentes é uma epidemia mundial. De acordo com o documento *Estudos das Nações Unidas sobre a Violência contra Crianças*, divulgado em outubro de 2006, 150 milhões de meninas com menos de 18 anos são forçadas a manter relações sexuais ou foram vítimas de algum tipo de abuso em 2002. Entre meninos, o problema também perdura, atingindo 70 milhões deles. As agressões físicas ou verbais ameaçam a sobrevivência e o bem-estar das crianças. (...) As agressões acabam ensinando as crianças que a violência é aceitável, perpetuando essa prática. Infelizmente, os castigos físicos ainda tem legitimidade com instrumento na educação das crianças. Essa foi a opinião registrada em recente artigo na *Folha de S.Paulo* da economista e representante do Unicef no Brasil Marie-Pierre Poirier e do pesquisador associado do Núcleo de Estudos da Violência, da USP, Paulo Sérgio Pinheiro.

Em 2006, os maus-tratos e abusos contra a criança e o adolescente dispararam na cidade de São Paulo, liderando as ligações feitas ao 181, o Disque-Denúncia. De janeiro a outubro o serviço registrou 5.093 chamados sobre violência doméstica em crianças e adolescentes. É um número 26% maior que as notificações feitas em 2005 – no mesmo período foram contabilizados 3.791 telefonemas com o mesmo teor. Atualmente, o bairro do Campo Limpo é o triste campeão das denúncias. “Atendemos casos que vão desde a negligência com a alimentação ao abuso sexual de crianças. A causa de tudo está na falta de estrutura familiar, um problema provocado na maioria dos casos pela miséria. Muitos pais sofrem de problemas mentais, são alcoólatras

ou precisam trabalhar muito para sobreviver e acabam se descuidando dos filhos”, observa a conselheira tutelar do Campo Limpo Silvana Maria Estevan do Carmo.

PREVENÇÃO JÁ

Para tentar minimizar o problema, o Conselho Tutelar do Campo Limpo se uniu ao Projeto Arrastão, à Casa do Zezinho, ao Cuidar Sul e ao Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedeca) do Jardim Ângela. Sob supervisão do Instituto Sedes Sapientiae, as entidades estão formatando o Pólo de Prevenção contra Violência Sexual e Doméstica. A promessa é que até meados de 2007 a idéia saia do papel. “Queremos realizar um trabalho preventivo nas escolas contra a violência dentro de casa e também sensibilizar as famílias. É importante que a vítima verbalize o que está acontecendo”, diz Silvana do Carmo.

Em outra linha de frente, o Hospital Municipal do Jabaquara, também na Zona Sul de São Paulo, estabeleceu um protocolo de atendimento com foco na identificação de maus-tratos domésticos. Lá foi estabelecido um fluxo de pacientes, que envolve a participação do recepcionista ao cirurgião como forma de mudar o olhar sobre a criança. “As histórias trazidas pelos familiares nem sempre são compatíveis ao quadro clínico apresentado. Não adianta só tratar o sintoma, é preciso saber o que causou”, explicou a coordenadora do hospital, Valéria Trigo de Araújo, na edição de 27 de novembro de 2006 do *Jornal da Tarde*. Vale dizer que ao lado das unidades do Jabaquara e do Tatuapé, o Hospital do Campo Limpo é apontado como referência em São Paulo no tratamento das crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos caseiros.

Claro, ainda há muito por fazer. Mas traz certo alento saber que profissionais como Bia, Silvana, Fábio, Valéria, e tantos outros, cada um a sua maneira, cultivam sementes que devem florescer em breve. “A cultura de paz ferve hoje porque não conseguimos mais suportar a cultura de violência”, avisa Bia. ■



a omissão pode ser punida

Médicos, enfermeiros e atendentes experientes e eficientes, que não hesitam diante de nenhuma emergência, muitas vezes enfrentam situações difíceis, onde se vêm sem saber como agir: casos de violência doméstica e sexual. Não é para menos. É preciso muita sensibilidade e atenção para identificar alguns casos desse tipo. Em muitas situações, essa forma de violência é silenciosa e se esconde, seja por vergonha, culpa ou medo. Salvo raras exceções, a temática da violência não integra os currículos das faculdades que formam profissionais de saúde. Essa qualificação só é feita depois que a pessoa está trabalhando, e vivencia na prática inúmeras ocorrências. A notificação de um caso de violência ainda gera muita resistência nos profissionais (veja artigo sobre notificação nas páginas 14 e 15). Muitos deles ainda não estão informados que, por lei, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê punições para quem deixa de notificar uma situação suspeita, ou confirmada, de agressão infantil. A multa varia entre três e 20 salários mínimos, e pode resultar até mesmo na cassação do direito de trabalhar.



a outra face

Algumas organizações em São Paulo procuram modificar a mentalidade do agressor, e cuidar das feridas de quem fere. Conheça o trabalho da Casa Isabel, no Itaim Paulista

POR ALESSANDRO MEIGUINS
REPORTAGEM LUÍS AUGUSTO SÍMON
FOTO MÔNICA LEITE CARNEIRO

O agressor é um ser humano que cometeu um ato de agressão e pode ser tratado. É importante aprender a separar o ato do ator

NÃO É UM PENSAMENTO MUITO COMUM, você há de convir. Muito menos fácil de entender. Cuidar de quem fere. Não só em boas palavras: cuidar para valer, com muita compreensão e afeto, de quem já bateu, xingou, ameaçou, espancou, abusou, matou. Cuidar para valer, com profissionalismo, eficiência. A idéia por trás disso é que tratar o agressor, e com isso fazer dele uma pessoa melhor (para que ele deixe de ser violento), pode ajudar a impedir novas violências. Mais do que uma filosofia ou atitude polêmica, esse cuidado ao agressor é a realidade de algumas organizações da cidade de São Paulo, como a ONG Casa Isabel, que oferece apoio a mulheres, crianças e adolescentes em situação de violência doméstica ou de risco. Lá, encontramos muitas histórias, agressores e vítimas. E a história de um casal que conseguiu atravessar uma difícil crise até estar, mais uma vez, em paz. Acompanhe.

VÍTIMAS E AGRESSORES

A Casa fica no Itaim Paulista, na Zona Leste de São Paulo – 13 quilômetros depois da estação Itaquera –, a última da linha 3 do metrô. A Casa de Isabel não cobra nada das pessoas que atende. São 47 funcionários responsáveis por 6 mil atendimentos mensais. Nasceu com um único intuito: sempre acolher bem quem precisa de cuidado. O que inclui, na visão da ONG, as

vítimas e seus agressores. E, em alguns casos, os dois juntos.

Mulheres com hematomas no rosto, braços e pernas chegam sempre à Casa de Isabel, trazidas por amigas, ou por terem ouvido colegas que já passaram por lá. É ali que desabafam pela primeira vez. Apanham do marido há anos, não sabem que têm direitos e só vão reclamar quando não agüentam mais. Recebem aconselhamento jurídico e tratamento psicológico. Infelizmente, muitas mulheres demoram muito para buscar ajuda.

Muitas das mulheres agredidas que procuram ajuda não desejam a separação. Elas querem mudar sua vida com o marido, querem um entendimento melhor e que as agressões parem. Acolher as vítimas é tão importante quanto tratar os agressores.

Atualmente são atendidas 40 pessoas nas sessões de terapia de casal, comandadas pela terapeuta Maria Inês. Há mais de 50 pessoas à espera de uma vaga nos grupos. Há agressores de mulheres e de crianças. Muitos casos de abuso sexual infantil. “Para nós, o agressor é um ser humano que cometeu um ato de agressão e que pode ser tratado”, diz Sônia Maurelli, coordenadora da organização. “É importante aprender a separar o ato do ator. O ato violento deve ser rechaçado sempre, o ator precisa de cuidado!”



itaim paulista

ZONA: LESTE

POPULAÇÃO: 227.050 HABITANTES

UNIDADES DE SAÚDE SOB GESTÃO MUNICIPAL – SMS: 11

Superar o machismo é *responsabilidade* de toda a sociedade

Sem preconceito, a organização atende garotos de 13 anos que fazem programas com homens mais velhos, nas imediações da casa. Dinheiro mais fácil e seguro do que se envolver com o tráfico de drogas. São acolhidos, recebem apoio psicológico, ofertas culturais e assistência de Conselhos Tutelares. Existem casos mais brandos, mas que também exigem muita atenção. Casos em que a violência está nas discussões, nos gestos, em pequenas (e grandes) humilhações impostas. Casos que, se não forem trabalhados a tempo, podem atravessar a fronteira dos gritos, e chegar aos tapas, socos, chutes.

RELAÇÃO MACHISTA

Durante um ano e oito meses, Josivaldo e Ana* buscaram reconquistar o respeito e admiração que sentiam antes de se casarem. O casamento estava em frangalhos, e eles se agrediam muito, verbalmente. Eles chegaram juntos, em junho de 2005, à Casa de Isabel. Foram procurar o departamento jurídico da entidade para tratar da separação. Ana não agüentava mais as agressões verbais e o desprezo do marido, que a traía com outra mulher. Conversaram com a equipe da instituição e aceitaram, antes da separação,

freqüentar separadamente as sessões de terapia de grupo. Eram atendidos em sessões semanais. A psicóloga se deparou com uma mulher ferida, com baixa auto-estima. Traída. Hoje, Josivaldo reconhece que seu comportamento comprometeu o casamento. “Eu reconheço que era machista, hoje não sou mais.”

Quando Ana descobriu o relacionamento e tirou satisfação, Josivaldo disse que só arrumou outra porque era ofendido por ela, que nunca queria fazer sexo. Foi uma postura machista, de quem via a mulher como um objeto sexual, uma pessoa que deveria atender a seus desejos a qualquer momento. As discussões aumentaram e o tom das ofensas também. “Eu falei que se ela não queria ter relações, não tinha do que reclamar”, conta Josivaldo. Foi além. “Contei que a outra mulher era boa de cama, fazia de tudo, e que ela era muito parada. Ofendi mesmo, porque eu achava que tinha sido desprezado antes”, diz. A filha, Maristela, de 25 anos, arrumou um emprego longe de casa e se mudou. Não agüentou o clima ruim.

Como Ana não aceitou ser a ponta mais desvalorizada do triângulo, pediu a separação. E, nas reuniões com a psicóloga da Casa de Isabel, contou, junto a outras mulheres, o

motivo de seu casamento haver esfriado tanto na parte sexual. E suas palavras mostraram que o Josivaldo machão, pronto para ter duas mulheres, na verdade, estava longe de ser um super homem na cama. Ele não sabia cortejá-la, e não a tratava com respeito. A começar pelo convite. Invariavelmente, o marido batia em sua perna e completava o chamado, quase uma ordem, com uma frase simples. “vem brincar, só isso”. “Eu não gostava de me sentir um brinquedo, não gostava de responder aos chamados dele. Eu não recebia carinho e foi esfriando. Me sentia muito desvalorizada”, completa. A psicóloga

Maria Inês conta que esse tipo de agressão verbal, esse desprezo do marido, pode doer, em muitas mulheres, tanto quanto a agressão física. As mulheres dizem que a dor de um tapa passa, mas a dor do desprezo fica guardada na alma. Sofrem muito com isso.

Depois de algumas sessões, Ana surpreendeu a todos no grupo. Disse que havia resolvido não se separar mais. Estava ainda sofrendo muito, mas havia resolvido reconquistar sua auto-estima. O casal passou a conversar mais sobre sexo. E Josivaldo se viu face a face com uma dura constatação: não era assim, digamos, um grande amante.

Se a situação estava ruim para ele, para Ana também não era nenhuma maravilha.

Aos poucos foram se entendendo, e se aproximando. O diálogo moveu o desejo, e eles foram se apaixonando novamente um pelo outro. Josivaldo decidiu investir na relação com Ana. Sua visão de que a mulher deve servir o homem foi mudando. Ele se deu conta que o casamento envolve dimensões que também incluem, mas que ultrapassam a sexualidade. Ana garante estar apaixonada. Josivaldo está mais carinhoso e atencioso, e o relacionamento caminha bem.

Para Josivaldo, o mundo mudou. “Eu fui entendendo as coisas. Fui o primeiro homem na vida da Ana e também não tinha muita experiência antes. Hoje, tenho novos valores e aprendi muito com tudo o que aconteceu.” Josivaldo teve alta, mas continua freqüentando as reuniões na Casa de Isabel, toda segunda-feira. É admirado por outros homens agressores por haver conseguido superar seus problemas conjugais. Um caso que não é raro, mas também não é unanimidade.

A Casa de Isabel tem casos mais duros, em que o final não é feliz. Sônia Maurelli conta a história de Vanda (nome fictício). “Como toda mulher, ela tinha fantasias sexuais com

o marido. Ouvia as colegas contarem como haviam apimentado o casamento e resolveu fazer uma surpresa para o marido. Comprou uma lingerie bem insinuante e, à noite, começou a colocar em prática suas fantasias.” O marido se surpreendeu. Gostou a princípio, mas a seguir reagiu brutalmente. “Ele bateu muito nela, espancou bastante. Disse que ela era uma prostituta, que estava aprendendo esse tipo de coisa na rua, com outros homens. Vanda jurou que não, que nem sabia fazer direito, que gostaria de aprender com ele. Apanhou de novo.” Procurou a Casa de Isabel, junto com o marido, foram atendidos por psicólogas e assistentes sociais, mas não houve jeito. Estão separados, sem final feliz, cada um para o seu lado.

RECUSAR A VIOLÊNCIA

Vítimas e agressores estão envolvidos na mesma trama que aprisiona e gera tanto sofrimento. Agressores também precisam de ajuda e de muita empatia para deixarem de ser agressores. Segundo os princípios da Comunicação Não-Violenta, a violência corresponde a uma maneira trágica de expressar frustrações e necessidades não satisfeitas. É possível transformar críticas, juízos de va-

lor, e atitudes violentas numa linguagem que revele as necessidades não atendidas.

Josivaldo e Ana arriscaram dar ao outro uma nova chance para um relacionamento. Abriam-se para o diálogo, para ouvir o outro com profundidade, com respeito e apreço. Quando necessidades e sentimentos são compartilhados de forma clara, eles aproximam as pessoas em conflito.

Nos últimos 5 mil anos da história da humanidade, o modelo da dominação dos mais fortes e poderosos tem determinado nossas relações econômicas, políticas, afetivas, familiares, culturais. Infelizmente, muitos homens ainda sentem que podem dominar e agredir suas mulheres. Em contrapartida, os movimentos de emancipação da mulher, as novas leis de proteção às vítimas de violência e as redes de proteção social representam forças e avanços na direção da construção de uma sociedade de direitos para todos.

Sem dúvida, iniciativas que recusam o uso da violência como instrumento para superação dos conflitos, e buscam a afirmação dos direitos legítimos de todos os seres humanos, são fundamentais. Ajudam homens e mulheres a viver de maneira mais amorosa e pacífica. ■



território em rede

No extremo noroeste da cidade, esforços para a implementação de uma rede de paz estão em curso. Entre avanços e retrocessos, transparece a atividade dos articuladores empenhados em abrir caminhos e unir lideranças

POR ALESSANDRO MEIGUINS MAPA CAMILA LISBOA FOTOS CALUDIA SANDOVAL

perus

ZONA: OESTE

POPULAÇÃO: 75.842 HABITANTES

UNIDADES DE SAÚDE SOB GESTÃO MUNICIPAL – SMS: 6

pirituba

ZONA: OESTE

POPULAÇÃO: 167.910 HABITANTES

UNIDADES DE SAÚDE SOB GESTÃO MUNICIPAL – SMS: 13



Mudanças na estrutura da sociedade: esse é o objetivo dos articuladores de rede

EM NENHUM MOMENTO FOI FÁCIL CONVERSAR COM JOSEFINA SANCHES. Quando atendeu meu primeiro telefonema, ela estava ocupada, com pressa, atrasada para um compromisso. Para completar, não gostou da idéia que lhe propus. Considerou-a, usando suas palavras, “algo sem sentido”. Após escutar meu convite, desconversou, e, educadamente, desligou. Foi uma surpresa, daquelas grandes. Afinal, o que eu queria era divulgar sua história, e descrever seus esforços para criar uma rede de paz em alguns bairros da cidade de São Paulo. Para ser mais e mais geográfico, na área canhota do mapa, nos entremeios do canto superior esquerdo dos contornos municipais: Pirituba, Perus, Vila Zatt, Morro Doce, Taipas, Santo Elias, Recanto dos Humildes, Recanto da Paz. Inconformado, insisti no dia seguinte, em outra ligação, até conseguir marcar com ela a primeira de uma série de encontros feitos em diferentes locais da região.

Após um mês de andanças descontínuas, começava a rascunhar no papel o que acontecia por aquelas bandas, mas o diálogo com Josefina – ou Jô, como a chamam – continuava difícil. Toda vez que lhe pedia que me contasse, um pouquinho só que fosse, como fazia para articular tantas organizações não-governamentais, unidades de saúde, agentes comunitários e instituições da região – um número que não é pequeno, em uma área onde vivem mais de 500 mil pessoas –, Josefina ria um pouco de lado, desconversava, e me fazia anotar mais e mais nomes de

lideranças locais, que “eram importantes e que eu deveria conhecer”. Hoje, mais de cinco meses depois daqueles bate-papos, passei a entender sua atitude. Mas antes de explicar seus motivos, deixe-me falar um pouco sobre a rede de paz que pouco a pouco começa a se irradiar em um dos extremos mais abandonados da cidade. Uma região que Josefina conhece muito bem.

PROJETO PILOTO

Desde o início da década de 90 que a socióloga Jô trabalha na região de Pirituba. Antes, ela havia morado um tempo em Campinas, onde fez sua faculdade, após nascer e passar sua infância em Andradina. Calma e elétrica ao mesmo tempo, pode-se dizer sem exageros que Josefina não se incomoda em ser inconformada. Talvez por isso busque sem se aborrecer, de forma incessante, mudanças nas estruturas da sociedade. Observa as carências da sua região, se indigna, e busca superar os problemas, às vezes de forma muito simples. Foi dessa forma que se tornou a maior entusiasta da implantação de um “carimbo de atendimento” no Pronto Socorro de Perus, em 2002, no distrito de saúde daquele bairro. Foi uma maneira bem criativa de ajudar os atendentes, que, para registrar um caso de violência doméstica, passaram a ter apenas que carimbar a ficha do paciente. Simplicidade, com muita eficiência. Os registros de violência doméstica na região aumentaram. O que deu mais visibilidade para o problema, justificando medi-

das preventivas, como o início da organização de uma rede de prevenção e cuidados às pessoas em situação de violência nas unidades de saúde da prefeitura.

Enquanto isso, em Pirituba, bairro vizinho, os profissionais passaram a organizar reuniões mensais destinadas a estudos de caso, e organizaram outro tipo de registro, por um sistema implementado pela equipe da vigilância epidemiológica. Em 2005, a forte presença de uma rede de apoio e cuidado em Pirituba e Perus facilitou a escolha da região pela equipe da Área Técnica de Cultura de Paz para a implementação do projeto piloto do novo Sistema de Informação para a Vigilância de Violência e Acidentes, chamado SIVVA. Projeto que posteriormente será estendido para toda a cidade de São Paulo. Pode-se dizer, sem ressalvas, que o trabalho para aperfeiçoar e melhorar o SIVVA é uma das preocupações centrais do grupo de articuladores da rede local. O Hospital José Soares Hungria, em Pirituba, está “sendo o propulsor da implantação das equipes de acolhimento às vítimas de violência”, diz Josefina. Claro, nada caminha de forma tão simples. Ao mesmo tempo, como ela explica, ainda existe “muita insegurança e dúvida dos profissionais quanto à notificação e a formação da ficha. Porque não bastam protocolos. É preciso que o funcionário da saúde esteja consciente da importância do seu trabalho na prevenção, promoção e cuidado aos problemas da violência doméstica. Por outro lado, o poder público precisa garantir



As reivindicações da região são muitas, todas complexas e difíceis

condições de trabalho, que não sejam tarefas e responsabilidades de um só profissional, mas sim de uma equipe multiprofissional. Essa é a proposta que estamos implantando no hospital”.

A rede de Pirituba/Perus, desde janeiro de 2006, está realizando um levantamento de informações sobre as instituições da região, procurando conhecer e articular uma grande malha de organizações interligadas e atuantes. Mas não foram esses os bairros que Josefina quis me mostrar. Preferiu me levar a outras áreas da sua região, onde existem outros exemplos de como irá funcionar a rede na região. Como a rede de idosos da Vila Zatt.

UNIÃO DE FORÇAS

*O Estatuto do Idoso, assinado, virou lei
Mas se não agilizar, nada disso vai valer
O idoso é massacrado, para ele não tem lei
Pra provar que está vivo
É preciso pegar fila
E de pé no sol ardente
É humilhado outra vez*

O trecho citado acima é original de um rap. Sua autora, Therezinha de Abreu de Sousa, tem a agenda cheia. Uma parte bem pequena do seu tempo é dedicada aos seus sete filhos biológicos, três adotivos, 30 netos e 18 bisnetos. A maior faixa do seu tempo ela reserva, “com dedicação”, como diz, ao cuidado de idosos que precisam de assistência médica. No auge dos seus 68 anos de idade, com um pique de dar inveja a qualquer jovem, Therezinha coordena a Associação Vida e Esperança (AVE), onde recebe reclamações e reivindicações dos idosos da Vila Zatt. Questões nada fáceis de resolver: atendimento escasso, familiares estafados, falta de medicamentos, alimentos com estoque zero, agravamento no quadro de saúde, a necessidade de uma cama nova... Para 50 idosos mais

carentes, consegue distribuir uma cota de leite que recebe do governo do Estado. Se não bastasse, também cuida do Fórum do Cidadão Idoso, onde pode soltar sua animação contagiante em palestras, oficinas culturais e passeios, sempre cheios. Agora, o que ela gosta mesmo é “de tecer parcerias”. Therezinha participa todo mês da reunião do Conselho de Saúde da UBS Vila Zatt. O encontro começa cedo, em alguma sala disponível da unidade, e além dos problemas da unidade, igualmente discutem outro assunto: as visitas que o grupo realiza a doentes acamados moradores do bairro, que é a proposta da Rede de Solidariedade do Idoso.

O grupo agrega representantes bastante ativos. Tem a Maria Aparecida, gerente da UBS Vila Zatt; a Jocileide e a Irani, da Pastoral da Saúde, e a Sônia, da Comunidade Nossa Senhora Aparecida. Em tudo se ajudam, se apoiam, jogam no coletivo. “Uma rede tecida com mil barbantes é muita mais forte do que se segurar em um barbantinho só. Tenho certeza, com minha experiência, que trabalhar em equipe rende mais e o resultado é bem maior. Além de ser muito prazeroso”, conta Therezinha. Ela sabe muito bem como uma mão amiga pode ser importante em momentos difíceis. Tanto seus pais como seu marido foram cuidados em casa, por ela, quando adoeceram. Quando as enfermidades exigem um tratamento longo, não há convênio que cubra uma internação longa em hospital. E mesmo os hospitais dão alta aos pacientes, quando eles deixam de correr risco de vida iminente. Por longos períodos de sua vida, Therezinha esteve ao lado de seus familiares acamados, abrindo mão de outras atividades para lhes dar assistência. “Não sou nenhuma heroína. Aqueles que tem familiares doentes em casa precisam cuidar deles, pelo tempo que for necessário. Mas depois de um longo tempo, tudo fica

muito difícil. Pensar na morte, e até esperar que ela aconteça, é natural. Mas isso é constrangedor, dói no coração. Nessas horas, o apoio de amigos, familiares, e da comunidade, é fundamental. Após viver isso na pele, resolvi ajudar sempre”, diz em meio a um sorriso.

Josefina também sorri, ao ouvir a fala da companheira. As duas compartilham um sonho – a Rede de Solidariedade do Idoso – que, inicialmente, cresce na UBS Vila Zatt, na UBS Chácara Inglesa, na Celeste de Perus e, por meio dos encontros mensais, com integrantes da Pastoral e Grupos de Terceira Idade. Enquanto o rap do idoso tiver motivo para ser cantado, elas não vão parar de “tecer e ativar sua rede”, isso eu aposto. Exatamente como um pessoal que vive não muito longe dali, no Recanto dos humildes.

PROCURA-SE CAMINHOS

Por aquelas bandas a maioria não gosta muito do nome Recanto dos humildes. Preferem chamar o bairro de Recanto apenas. A área é isolada, quase fora dos limites municipais, e fica enlataada, encaixada entre o lixão e o Rodoanel. Era um morro verde, sem vias de acesso, asfalto, água ou esgoto ao norte de Perus. Até que uma tímida ocupação clandestina chegou por lá, há dez anos, com 30 pessoas montando suas casas em uma viela aberta no facão e na raça. Nos dias atuais, existem mais de 30 mil pessoas na região, e todos os tipos de problemas que uma expansão demográfica desordenada pode trazer. Como relata Ana Maria Ribeiro, Coordenadora Regional do Programa São Paulo da Care Brasil, “não existe futuro para uma região cujo taxa demográfica cresce 210,3% em uma década, como ocorre no Distrito do Anhangüera – que engloba o Recanto dos humildes”. Sem infra-estrutura e serviços públicos para dar conta de suas necessidades,



Para Josefina, todos são parceiros na construção de uma realidade de paz

essas regiões não têm atividades que gerem empregos, e por isso ganham o nome de bairros dormitórios. Mas o Recanto, aos poucos, ganha recursos, foi por lá que a Secretaria da Saúde inaugurou um posto de saúde. Ali, em um pequeno pátio ao lado da farmácia, participei de uma reunião, junto com Josefina, com inúmeros agentes comunitários, uma médica, uma enfermeira e uma representante da comunidade. A pauta da reunião era a implantação de um projeto de inclusão social de jovens do Recanto, mas talvez, porque quisessem me apresentar a realidade do local, iniciou-se a discussão de outros problemas, mais graves: violência social e doméstica, falta de saneamento e desemprego entre os jovens. Para mim o mais impactante foi a questão do lixo. As ruas são muito estreitas por lá, íngremes, e a coleta de lixo se torna uma questão extremamente delicada. Sem que isso ocorra de forma efetiva, a proliferação de ratos e baratas é quase inevitável. “Tem muito rato por aqui”, disse Sueli dos Santos, representante da rua Violeta dos Alpes. Por um momento achei que fora um exagero dela. Ao andar pelas ruas do bairro, todas com nome de flor, ao lado dos agentes, não pude ver sequer uma barata. “De dia elas não aparecem”, foi o comentário geral.

Cinco meses após minha primeira visita, conversei com Diane Dourado dos Anjos, uma das agentes comunitárias daquela área, que me contou animada que as oficinas com jovens estão acontecendo, e que os esforços para uma mudança na região em relação ao lixo continuam. Os agentes estão aprendendo de tudo um pouco em relação à questão, para depois ensinarem a comunidade. Mais uma vez, ouvi o comentário seco de que existem muitos ratos por lá. Mas senti algo maior até do que os problemas. Uma certeza férrea de que tudo, um dia, vai melhorar. Uma certeza tão forte quanto a de Josefina, que neste momento atua no Santo Elias, bairro vizinho.

É por lá que se empolga hoje em discutir, também, os mesmos problemas: violência doméstica, saneamento e inclusão social. E procura implantar, junto com a UBS, às escolas e a outros parceiros locais um novo projeto. Mais um dos tantos que ela luta por ver se tornar uma parte atuante da realidade. Sobre essas atividades, ela reflete: “As ações de promoção e prevenção junto com a comunidade são complexas, pois têm muitos momentos de avanços e recuos. Quando promovemos a implantação de um projeto, o desejo de todos é de que cresça e alcance todos seus objetivos rapidamente, mas isso é

muito difícil. Além da burocracia da administração pública, estamos lidando com pessoas, temos que respeitar seus limites e problemas. Contudo, aprendemos com os erros e acertos e acredito que uma semana, um aprendizado em relação à organização da população e ao protagonismo social sempre ocorre”.

LIDERANÇA COLETIVA

A essa altura, você talvez já tenha entendido o pensamento de Josefina. O que, afinal, ela considera mais importante. Josefina é conhecida por ser uma articuladora de relacionamentos e projetos entre unidades de saúde e instituições, ou, de forma mais simples, uma animadora de rede. E ela assume isso, sim. Mas desde o início achou absurdo que eu quisesse descrevê-la como a única líder da rede de paz que hoje luta e insiste em nascer na região. “Veja bem, não estou sozinha. Nenhum esforço é só meu, nada fiz sozinha. Somos um grupo, nele participam: a Fátima e a Juliana (Hospital de Pirituba), a Viviane (Suvis), a Márcia (UBS Vila Pirituba), a Girlene (UBS Anhangüera), a Bernadete, a Eiko e o Josano (Cecco Perus), a Maria Ines (Cecco São Domingos), a Célia (UBS Jardim Cidade), a Jandira e a Roxane (CAPPs), a Vera (UBS Taipas), a Antonia e a Clara (UBS Moinho), a Rosana (Chácara Inglesa), a Mônica, a Regina e a Marlene (UBS Santo Elias), além de diversos agentes comunitários das unidades de PSF, o Thiago (meu superestagiário) e, me desculpem, outras pessoas às quais peço desculpas se nesse momento por um acaso eu as esqueci. Todos são meus parceiros com quem eu posso contar”, diz. Com certeza, Josefina é de uma turma que considera toda e qualquer liderança algo coletivo, uma responsabilidade de todos.

Por isso, se você for procurar Josefina qualquer dia desses, verá que ela continua com pressa, sempre pronta para um compromisso. Ela simplesmente não pára, e segue de encontro em encontro – animadíssima – tecendo alianças e parcerias entre pessoas e grupos que lutam pela mesma idéia: uma cidade melhor, mais justa, mais acolhedora, capaz de cuidar e apoiar seus cidadãos. Se por acaso você a encontrar, e a acompanhar por um dia, poderá ir com ela a encontros com dezenas e dezenas de envolvidos. Nesse momento, não será difícil de ver, de sentir como uma vibração na atmosfera, que pelo menos nos olhos dessas pessoas a rede está pronta, viva. E que respira forte, por sinal. ■



movimentos para a paz

O Jardim Ângela era um dos lugares mais violentos do mundo. Até que a sociedade civil da região se uniu em uma ação pela paz que mudou a face do bairro, em busca de um objetivo nobre: o fim da desigualdade



capão redondo

ZONA: SUL

POPULAÇÃO: 256.692 HABITANTES

UNIDADES DE SAÚDE SOB GESTÃO MUNICIPAL – SMS: 12



MANO BROWN, DO RACIONAIS MC'S, é do Capão Redondo. Viveu toda a sua vida neste bairro, na Zona Sul de São Paulo. O Capão é vizinho do Jardim Ângela, onde mora um padre irlandês chamado Jaime Crowe. E do Jardim São Luiz, onde vive uma ceramista chamada Célia Cymbalista. Nesses três bairros, mais o Campo Limpo, vivem cerca de 1 milhão de paulistanos. Brown não conhece Célia e Jaime, mas escreveu, entre outros raps, um que poderia fazer parte da vida dos dois. Vai assim:

Dois de novembro, era Finados.

Eu parei em frente ao São Luiz, do outro lado.

E durante uma meia hora olhei um por um e o que todas as senhoras tinham em comum:

a roupa humilde, a pele escura,

o rosto abatido pela vida dura.

Colocando flores sobre a sepultura.

Podia ser a minha mãe, que loucura.

O caminho de Jaime e de Célia se encontra com o do rapper no São Luiz do rap, um cemitério encravado entre o Jardim Ângela e o Capão Redondo. Os três foram levados até lá, em momentos diferentes, pela violência que assola os bairros daquela região. E criaram ali, cada um a seu modo, símbolos da luta pela paz e pela vida. Mano Brown faz filmes com palavras. Cria letras poderosas, que além de ritmo e poesia têm luz e movimento. A gente pode ver o que ele está cantando, como nesse trecho do rap “A Fórmula Mágica da Paz”. Célia e Jaime, por sua vez, fazem o contrário: transformam idéias em coisas concretas. Mas a idéia mais genial dos dois,

como acontece com quase todas as idéias geniais, não foi só deles.

A organização do Fórum em Defesa da Paz da Zona Sul, liderada pela Sociedade Santos Mártires (onde atua o padre Jaime) e pelo Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo (o CDHEP, onde trabalha Célia Cymbalista), é uma obra coletiva, feita por moradores, ativistas de movimentos sociais, professores, religiosos, enfim, pela sociedade civil da região. O fórum foi uma das mais importantes, inovadoras e eficazes iniciativas de combate à violência surgidas na cidade nos últimos 20 anos. Criado em 1986, sua meta era colocar um fim à onda de violência que varria aqueles bairros. Essa violência se expressa no Cemitério São Luiz, onde 80% das pessoas enterradas tiveram morte violenta e dois terços eram crianças e jovens entre 13 e 24 anos. Por que o fórum foi inovador? Precisamos de um parágrafo inteiro para explicar isso.

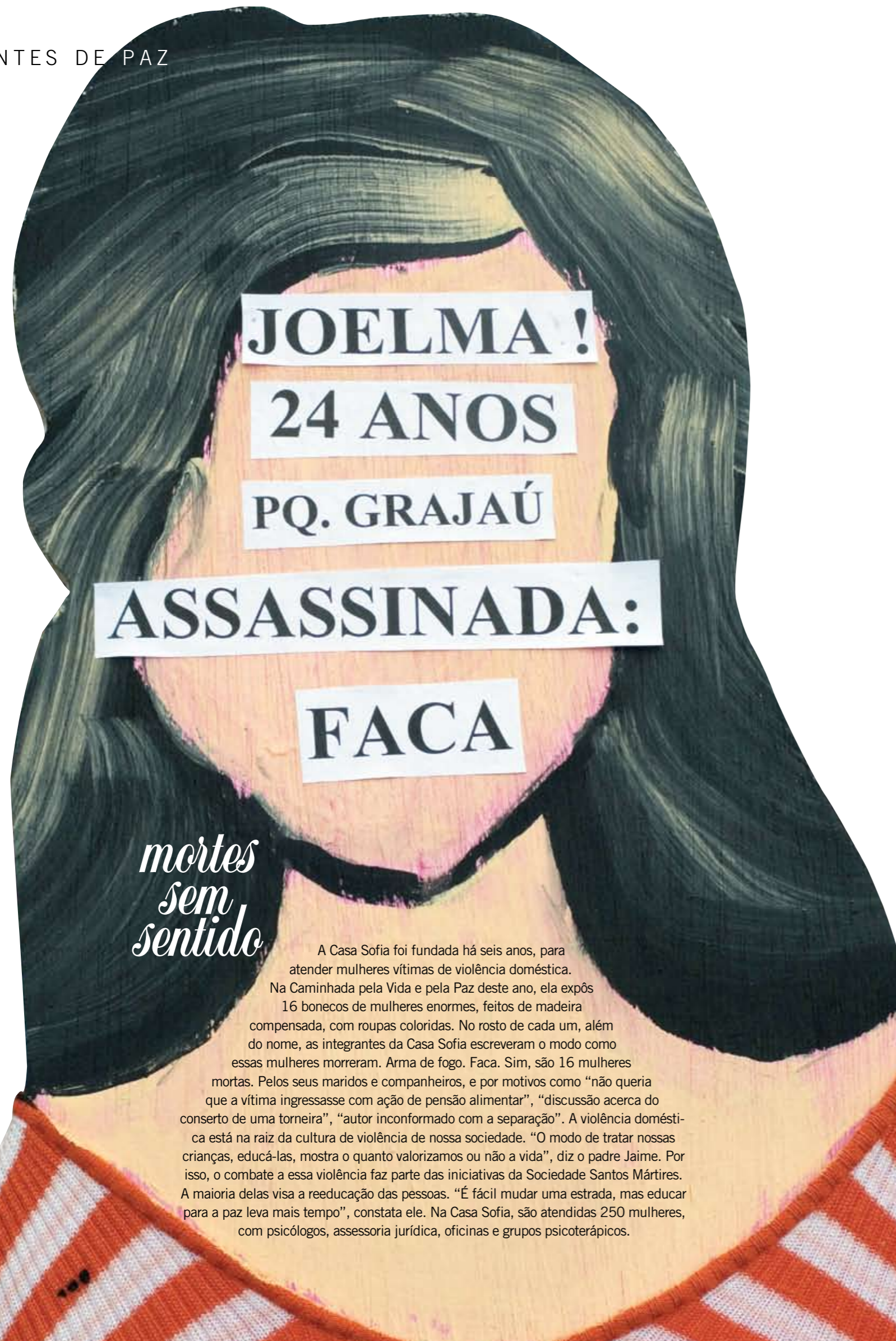
O Fórum em Defesa da Vida foi uma novidade porque pela primeira vez, na história do Brasil, movimentos distintos (de saúde, educação e habitação, por exemplo) se reuniram em torno de uma pauta que nada tem a ver com política partidária ou eleitoral, embora seja um programa político: a defesa da vida e o combate a violência. Essa pauta originou um programa de atuação nas áreas de segurança, acesso à Justiça e educação. Esse programa foi usado para questionar a atuação das autoridades públicas e reivindicar soluções. O fórum não tem como objeti-

vo somente realizar demandas ao governo, mas também potencializar as iniciativas das entidades dos bairros, com cada uma assumindo tarefas de acordo com sua vocação. E se constituiu como uma rede de movimentos e organizações, sem hierarquia definida, em 1986, quando poucas organizações trabalhavam em rede no Brasil. Além disso, mesmo antes de se falar em “cultura da paz”, o fórum trabalha com os conceitos dessa cultura. Seu ato fundador foi a 1ª Caminhada pela Vida e pela Paz, em 1985.

Outra coisa que chama a atenção na atuação do fórum, até hoje, é seu funcionamento: suas plenárias mensais são abertas à participação de qualquer pessoa da comunidade, não apenas a lideranças ou especialistas. Todas as opiniões têm seu lugar e valor. Um exemplo: nas plenárias, pode haver pessoas que detestam policiais e também pessoas que defendem maior policiamento comunitário. A solução da questão não pode excluir nenhuma dessas duas visões: se não houver quem critique os erros da polícia, mesmo o policiamento comunitário – uma das primeiras demandas do fórum, em sua criação – pode trazer mais problemas que soluções.

O GRITO

“Todos logo entendem que nas plenárias não se faz discursos. São discussões políticas que, como tal, precisam considerar a legitimidade de seus participantes, incorporar diferentes idéias,” diz Daniel Cara, sociólogo, que atuou durante anos no Instituto Sou da Paz,



ASSASSINADA:

*mortes
sem
sentido*

A Casa Sofia foi fundada há seis anos, para atender mulheres vítimas de violência doméstica. Na Caminhada pela Vida e pela Paz deste ano, ela expôs 16 bonecos de mulheres enormes, feitos de madeira compensada, com roupas coloridas. No rosto de cada um, além do nome, as integrantes da Casa Sofia escreveram o modo como essas mulheres morreram. Arma de fogo. Faca. Sim, são 16 mulheres mortas. Pelos seus maridos e companheiros, e por motivos como “não queria que a vítima ingressasse com ação de pensão alimentar”, “discussão acerca do concerto de uma torneira”, “autor inconformado com a separação”. A violência doméstica está na raiz da cultura de violência de nossa sociedade. “O modo de tratar nossas crianças, educá-las, mostra o quanto valorizamos ou não a vida”, diz o padre Jaime. Por isso, o combate a essa violência faz parte das iniciativas da Sociedade Santos Mártires. A maioria delas visa a reeducação das pessoas. “É fácil mudar uma estrada, mas educar para a paz leva mais tempo”, constata ele. Na Casa Sofia, são atendidas 250 mulheres, com psicólogos, assessoria jurídica, oficinas e grupos psicoterápicos.



na Zona Sul. O Sou da Paz, assim como o Núcleo de Estudos da Violência e o Instituto São Paulo Contra a Violência, decidiram se instalar diretamente na Zona Sul por conta da atuação do fórum. Mais de 200 entidades por essas plenárias nos últimos 11 anos. Cerca de 35, hoje, têm participação ativa na manutenção do fórum. “Nossa principal conquista foi manter essa articulação viva e vigorosa”, diz Célia.

Uma dimensão do problema que os organizadores do fórum decidiram encarar é o fato de que o Jardim Ângela foi considerado pela Unesco, em 1996, um dos lugares mais violentos do mundo. Outra dimensão está dentro de cada casa do lugar: uma conversa com qualquer morador mostra que quase todo mundo ali conhece alguém que teve morte violenta ou perdeu membros da família assim. E aqui há outra novidade: ao ser criado, o fórum deslocou a visão que a cidade tinha (e a ainda tem) da periferia. Não fugiu do problema da violência, mas foi mais fundo e afirmou, para quem quisesse e quem não quisesse ouvir, que vivemos em uma cidade desigual. Injusta. E que isso gera violência. Foi além, e fez uma proposta ousada: para a paz prevalecer, é preciso reduzir essa desigualdade. “Ninguém quer saber o que acontece deste lado da ponte, é como se não pertencêssemos à cidade”, diz Célia. “Éramos ignorados, a não ser nas notícias sobre chacinas. E queríamos ter outro tipo de visibilidade.” Nisso, o fórum também tem muito em comum com Mano Brown, os Racionais e o hip hop: mostrar à cidade que não há pessoas de segunda classe na periferia, e sim cidadãos dignos que lutam pelos seus direitos.

Agora mesmo estou olhando para uma das transmutações – de idéia para coisas concretas – feitas graças ao fórum. Duas mil mudas de árvores plantadas, no ano passado, no Cemitério São Luiz. As mudas, representações da vida no jardim da morte, foram cedidas

pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Para quê? “Conquistar dignidade para este cemitério, que sofria um abandono terrível”, diz o padre Jaime. As covas rasas, em encostas sem contenção, os restos mortais que qualquer chuva descobria, a aridez do lugar eram um último – e eterno – insulto aos mortos da periferia. Somente há dois anos isso começou a mudar. Sentado no palanque armado na Praça da Esperança e da Vida, depois da celebração ecumênica do Dia de Finados, padre Jaime olha em volta e diz: “Mudar este lugar foi uma das nossas maiores vitórias”. Todo dia 2 de novembro, há 11 anos, o fórum realiza a Caminhada pela Vida e pela Paz, que começa em três pontos dos bairros e se encerra na praça, dentro do Cemitério São Luiz. A primeira caminhada, em 1985, foi o ato fundador do fórum. Além de lembrar as vítimas da violência na região, ela tem por objetivo mobilizar a população em ações que resultem na promoção da paz.

PAZ ATIVA

“A defesa da paz não tem nada a ver com passividade, é ativista”, explica Célia. Ou, como diz o padre Jaime, dá trabalho. Muito: somente a Sociedade Santos Mártires, à qual o religioso pertence, tem, hoje, 22 projetos: creches (são quatro Centros de Educação Infantil), núcleos socioeducativos (são três, para crianças de 14 a 17 anos), cooperativas de mulheres, centros de referência para apoio a famílias, Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos, o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, a Casa Sofia, para mulheres vítimas de violência doméstica, o atendimento a portadores de deficiência, o atendimento a dependentes de álcool e drogas e seus familiares, cursos de profissionalização, um telecentro, uma biblioteca e o Redescobrimo do Jovem na Comunidade (RAC), para jovens que cometeram infrações e cumprem

penas de liberdade assistida ou de prestação de serviços à comunidade. Cerca de 250 jovens participam do RAC, sendo 100 em liberdade assistida, 50 em regime de prestação de serviços à comunidade e outros 100 moradores da vizinhança, sem problema com atos infracionais.

Por outro lado (ou do mesmo, em outra frente), no CDHEP trabalham 27 profissionais, contados os 20 que fazem parte do programa de Proteção às Testemunhas, no qual o centro é um dos implementadores. Além disso, o CDHEP faz assessoria de planejamento para entidades, movimentos e escolas da região, promove cursos de Orientadores Jurídicos Populares, soluciona pequenos conflitos e incentiva a democracia nas escolas, por meio do Projeto Escola Participativa; forma crianças e adolescentes de 7 a 14 anos no programa Eu Também Sou Cidadão e na Escola do Perdão e Reconciliação – para interromper o ciclo da violência – e faz seminários sobre segurança pública, preparação para a eleição de Conselhos Tutelares, dos Direitos das Crianças e Adolescentes e da Assistência Social e seminários para a avaliação dos gestores desses conselhos.

Além desses projetos, apoiadas por muitos parceiros, como a Prefeitura e empresas privadas (no caso da Santos Mártires), por universidades e pela própria Polícia Militar – que criou postos comunitários na região –, o fórum organiza reivindicações ao poder público. Em uma das caminhadas pela Vida e Pela Paz, o tema era a construção do hospital M’Boi Mirim. O hospital está sendo concluído. Em outra, era a reivindicação por uma cidade mais justa. Pode-se ver que a paz da qual o padre Jaime fala não é abstrata. Paz, aqui, rima com a busca de cidadania, porque a negação da cidadania é a raiz da guerra. “A desigualdade social tem relação direta com as estatísticas [de homicídios na cidade]”, disse,

A taxa de homicídios no Jardim Ângela caiu 55%. Um índice maior do que o da cidade de São Paulo

em entrevista à revista *Veja SP*, em 15 de novembro de 2006, o coronel reformado da PM José Vicente da Silva. “A própria realidade brasileira cria o discurso da violência, porque ela não valoriza a vida”, acrescenta Jaime.

Na última Caminhada pela Vida e pela Paz, o padre levava na testa uma faixa com o nome “Mozo”, em tinta rosa. Mozo, de Teimoso, morreu aos 17 anos, um dia antes de se completar um ano da morte de seu irmão mais velho, Sérgio. “Na cerimônia de enterro de Sérgio, que tinha 21 anos quando foi assassinado, Mozo me disse: ‘Olhaí, tá melhor que eu’”, conta Jaime. “Ele morava na minha rua, era bonzinho, conversamos várias vezes”, lembra-se ele. Muita gente participa da caminhada com fitas amarradas na testa. Com nomes, Avelino, Hilton, Suzana. De sobrinhos, irmãos, filhos e filhas. Na cerimônia ecumênica na Praça da Esperança e da Vida, essas faixas são penduradas em cruzeiros e deixadas no cemitério.

Além de ser alimentada pela negação de direitos de cidadania e do direito mais básico, que é o direito à vida, a violência, no Brasil, é um problema da juventude. De acordo com a Unesco, em pesquisa feita de 1999 a 2003, os jovens (15 a 24 anos) são as maiores vítimas de homicídio no Estado de São Paulo. A taxa de homicídio nessa faixa etária é três vezes maior do que nas demais. E, de acordo com a Fundação Seade, 65% da população entre 15 e 19 anos mora na periferia. A taxa de desemprego juvenil em vários bairros da periferia, de acordo com o Dieese, chega a

70% – a média para todas as idades gira em torno de 16%.

A REVIRAVOLTA

O padre Jaime está habituado a conviver com a violência. Ele nasceu na Irlanda, um país que esteve em guerra entre 1968 e 1998. “Nesse período, morreram 3 mil pessoas”, diz ele, para emendar que na Irlanda não há tantos assassinatos. Aqui, apesar de não haver uma guerra declarada, morre mais gente. Somente no ano em que Jaime chegou ao Jardim Ângela, em 1995, morreram cerca de 7 mil pessoas em São Paulo. Esse número está em queda, mas ainda é grande: em 2005, foram 2.576 homicídios na cidade, de acordo com a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Um dos indicadores de que o Fórum em Defesa da Vida foi bem-sucedido é que, entre 1996 e 2004, a taxa de homicídios no Jardim Ângela caiu em 55%. Na cidade toda, nesse período, a queda desse índice foi de cerca de 40%.

Uma das áreas de atuação do fórum é a socioambiental, fundamental porque seus bairros se encontram em áreas de manancial e em torno da Represa de Guarapiranga. “Deve haver um compromisso entre a qualidade de vida e a redução do impacto da atuação humana sobre os mananciais”, explica Célia, que atua também na SOS Represa Guarapiranga, organização que faz parte do Fórum em Defesa da Vida. Sob a coordenação do Instituto Socioambiental (sim, a SOS Guarapiranga e o ISA estão no fórum), 162

representantes de diferentes instituições se reuniram, este ano, no Seminário Guarapiranga 2006, para propor ações, internas e externas à bacia, para viabilizar a Guarapiranga como manancial produtor de água de boa qualidade e a sua implementação por meio de compromissos com gestores públicos e demais atores sociais.

O mapa da destruição da área de mananciais, em torno da Represa de Guarapiranga, é o mesmo mapa do avanço da violência, constata o padre Jaime. Por isso, o Fórum em Defesa da Vida participa das campanhas de recuperação da represa. Combater a violência, recuperar o cemitério, lutar pela redução da desigualdade e pelo acesso universal à educação. “Essas são grandes bandeiras”, constata o padre Jaime. “Mas a valorização de cada pessoa é a soma de pequenas ações. É isso que leva as coisas a caminhar”, diz ele. Plantar árvores é uma dessas ações: no ano passado, entre as 2 mil mudas, dez foram plantadas por entidades que representam os órgãos que colaboraram na redução da criminalidade na Zona Sul. Cada uma simbolizava um ano de criação da Caminhada pela Vida e pela Paz. Este ano, um ipê de 3 metros foi plantado na Praça da Paz pelo próprio secretário municipal do Verde e do Meio Ambiente, Eduardo Jorge, para celebrar a 11ª Caminhada. A Zona Sul ainda é pobre e violenta, São Paulo continua desigual. Mas há muita gente como Célia, Jaime e Brown fazendo a cidade caminhar pela paz. ■



a política da convivência

Em um planeta a caminho do colapso, as redes são uma alternativa para um destino comum pacífico, solidário e viável

POR ROSE MARIE INOJOSA

AS CONDIÇÕES ATUAIS das civilizações contemporâneas, desenvolvidas sobre o crescimento da produção e do consumo, revelam-se insustentáveis. Insustentabilidade é o consumo de um recurso para além da capacidade de sua reposição, ou a destruição de algo que não pode ser repostado. Traduz-se no esgotamento de recursos naturais, na extinção de espécies, em danos à saúde de seres vivos, na intensa desigualdade social que gera a exclusão e violência.

Em São Paulo – que já ostentou com orgulho o título “a cidade que mais cresce no mundo” –, é possível observar as consequências ruinosas de escolhas insustentáveis. São resultados indesejáveis que vão desde o fato de precisarmos ir buscar a água que consumimos na Bacia do Piracicaba até a perda de muitas vidas jovens por homicídio! Esses fatos, aparentemente tão diferentes, são faces da mesma moeda de desrespeito à vida. Destruímos nossos rios, transformando-os em canais de despejo de dejetos, ocupando suas várzeas (espaços das cheias naturais) e produzindo o flagelo das enchentes e doenças na população. Rompemos o princípio da solidariedade em nossas relações sociais, apartando-nos uns dos outros por imensas desigualdades, privilegiando o consumo no lugar da cidadania, elegendando a competição e não a cooperação para o suprimento das nossas necessidades, empurrando legiões de pessoas para a margem da sociedade e interdando seu futuro. A violência eclode como as enchentes, efeitos da inconsciência no manejo dos recursos naturais e da irresponsabilidade nas relações sociais. A transição para um paradigma capaz de sustentar nosso destino comum baseia-se na articulação das duas questões mais importantes da atualidade: o uso responsável e equânime dos recursos naturais e a cultura de paz.

novas escolhas

É nesse contexto que se pode compreender duas iniciativas que se desenvolvem em São Paulo: a UMAPAZ – Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz, e o projeto Ambientes Verdes e Saudáveis. A UMAPAZ resulta de uma articulação em rede da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e de um conjunto de organizações da sociedade civil que trabalha com meio ambiente e com cultura de paz. É um espaço que atende diferentes faixas etárias

e graus de escolaridade, com o propósito de sensibilizar pessoas a apoiar ações e projetos que visem à convivência socioambiental sustentável e pacífica. Por meio de parcerias, oferece palestras, cursos, exposições, encontros. Organiza o Programa Aventura Ambiental, que atende mensalmente grupos de escolares para um contato saudável com o meio ambiente. Por meio do Curso de Educação Gaia (em parceria com o Gaia Trust e os grupos Ecobairro e Ecovila SP), a UMAPAZ acaba de formar uma primeira turma com 85 participantes. A Rede Ação pela Paz assumiu a estruturação da Mostra São Paulo: Aqui Tem Paz, sobre organizações e projetos que têm como foco a cultura de paz e não-violência. Uma

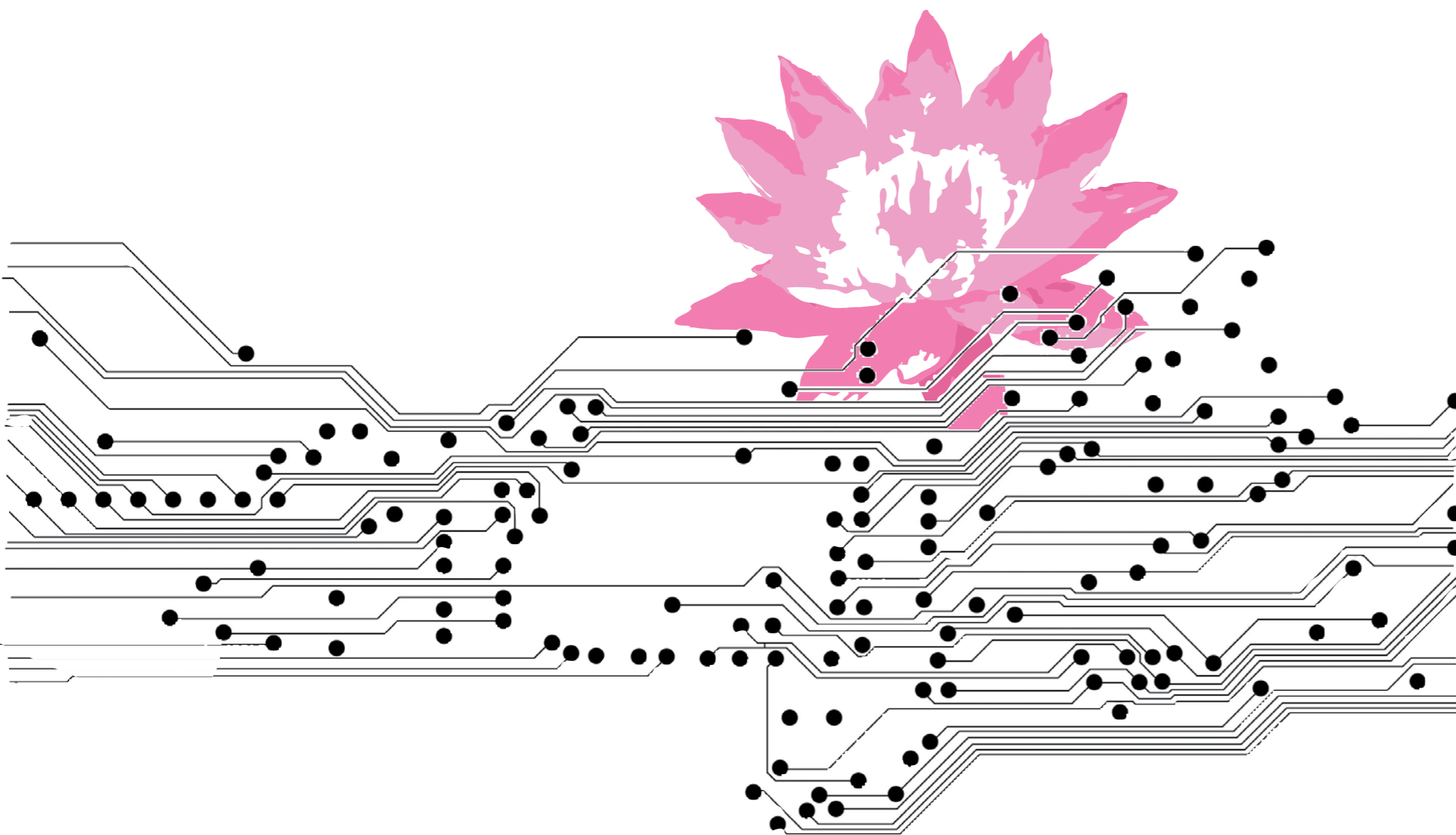
Nosso futuro só vai existir se tivermos cuidados com a paz e o meio ambiente

outra iniciativa da UMAPAZ é o projeto “Ambientes Verdes e Saudáveis”, que vai capacitar 6 mil agentes comunitários de saúde para a abordagem das questões socioambientais relacionadas à saúde humana e implementação de uma agenda intersetorial local. Os princípios da paz servirão de orientação geral para a capacitação desses agentes comunitários.

Outra meta é a qualificação das organizações responsáveis pela gestão e formulação de políticas públicas de saúde e de ambiente de São Paulo para definir e implementar uma agenda integrada de ações capazes de contribuir para a minimização de riscos ambientais. O projeto é uma parceria entre o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, com a participação das 31 Subprefeituras e das cinco Coordenações Regionais de Saúde da cidade.

A UMAPAZ e o projeto Ambientes Verdes e Saudáveis sinalizam o delineamento de uma política pública municipal, de caráter transdisciplinar, operacionalizada em rede, integrando organizações da sociedade civil, secretarias e órgãos do Governo Municipal em ações de conservação e recuperação do meio ambiente e da saúde social na cidade de São Paulo. É uma semente de transformação para a emergência de um novo paradigma de convivência sustentável na cidade, instalado sob o princípio da cooperação. ■

ROSE MARIE INOJOSA, 58 anos, é doutora em saúde pública, integra a equipe técnica da Fundap e faz parte da Rede Gandhi: saúde, cultura de paz e não-violência e da Rede Ação pela Paz.



maria da penha

A nova lei trouxe inovações no tratamento legal da violência doméstica e familiar contra a mulher – mudanças que fortalecem as redes de paz

POR MARIA JOSÉ LOPES SOUZA

A VIOLÊNCIA REPRESENTA HOJE a principal *causa mortis* de pessoas com idade entre 15 e 44 anos. Entretanto, ela chega aos homens e mulheres de forma diferenciada: enquanto os homicídios em geral atingem mais os homens e ocorrem no espaço público, a violência doméstica e sexual afeta em especial as mulheres e ocorre predominantemente no espaço doméstico. Essa situação é um forte obstáculo para o desenvolvimento da cidadania feminina, comprometendo o desenvolvimento e a paz de toda a comunidade. Em oposição a essa violência, a criação de uma rede de serviços é uma estratégia que oferece sustentação e eficácia para as organizações que se unem a favor desse objetivo comum, o bem-estar da mulher.

A luta é longa. Foi em 1975, por exemplo, que se realizou a primeira Conferência Internacional da Mulher, no México, organizada pela ONU, o que impulsionou um processo decisivo na organização das mulheres. A construção desse processo se deu ao longo dos anos 90, em várias conferências internacionais da ONU. A injustiça em relação às mulheres, caracterizada por violência de gênero, foi sendo reconhecida como um grave problema social e de saúde pública, em função do grande impacto que exerce sobre a vida e a saúde física e emocional destas que compõem 51% da população no planeta.

novas escolhas

O governo brasileiro ratificou em 1984 a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), e em 1995 a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres (Convenção de Belém do Pará). Mas foi apenas em 2006 que surgiu a Lei 11.340, chamada Lei Maria da Penha, que criou os mecanismos efetivos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal/1988. Sancionada pelo presidente da República em 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha entrou em vigor a partir do dia 22 de setembro de 2006 e trouxe importantes inovações no tratamento legal da violência doméstica e familiar

contra a mulher. Essa conquista representa um passo significativo para assegurar à mulher o direito à sua integridade física, psíquica, sexual e moral.

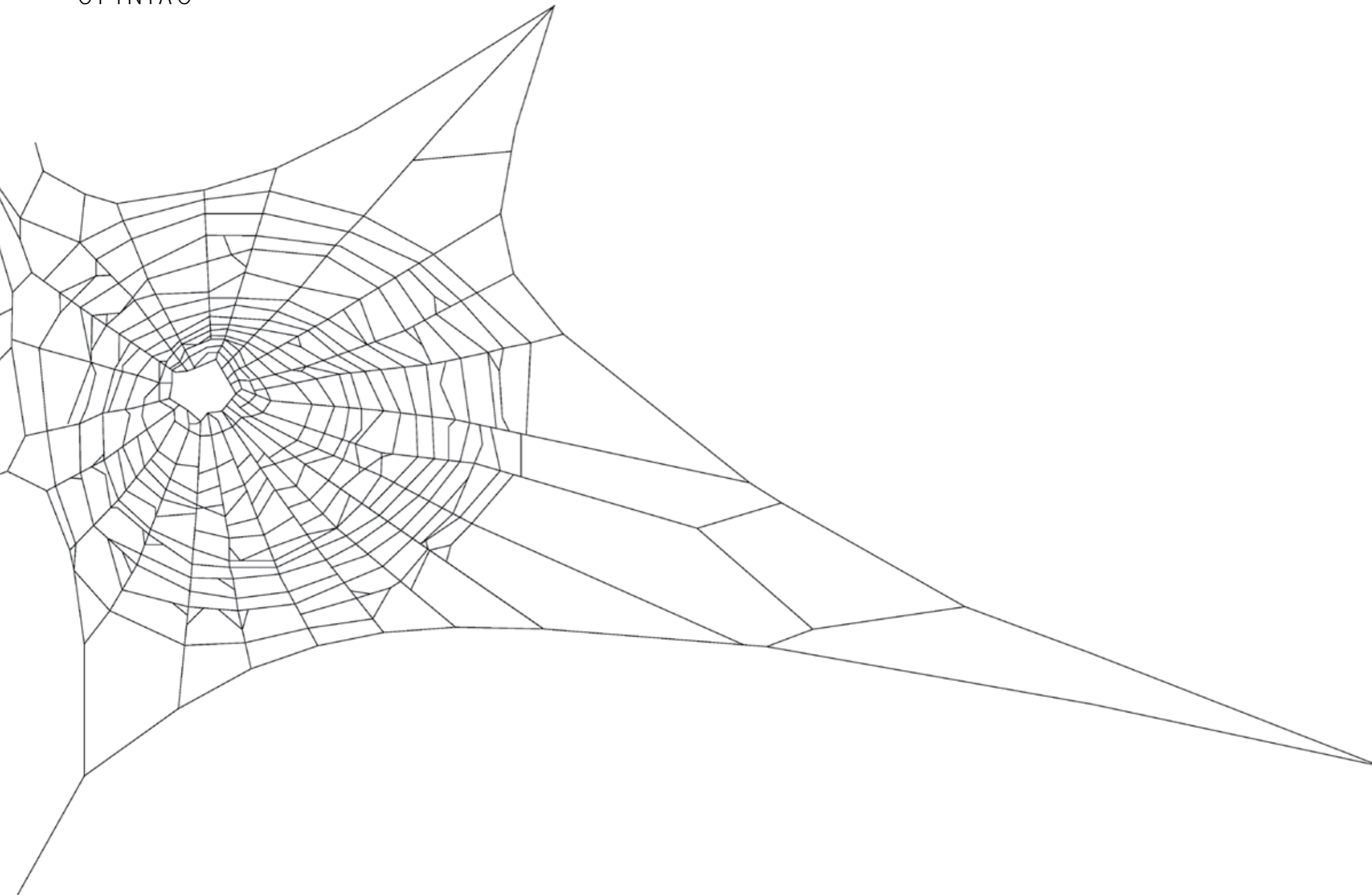
a alternativa da rede

O que isso influi na criação de redes de paz na cidade de São Paulo, e em todo o Brasil? Para Manuel Castells, cientista social, “a difusão do uso de novas tecnologias fornecem hoje a base material para a impregnação em toda a sociedade de uma lógica de redes”. Ainda para o mesmo autor, uma rede de integração é uma forma de estabelecer relações entre pessoas, grupos e instituições em torno de objetivos comuns, constituindo-se num sistema aberto e dinâmico. Francisco Whitaker complementa a elaboração do conceito, fazendo uma analogia com uma rede de pesca: “...uma malha de múltiplos fios, que pode se espalhar indefinidamente para todos os lados”. Com isso, quanto mais se procura conter a violência contra uma só mulher, melhor se cuida de toda a sociedade. Melhor ainda quando esse cuidado vem de uma lei nova, aplicada a todos. Ao proteger um grupo social, a nova lei cuida de todos de uma só vez.

Pois as redes querem romper com o isolamento entre as partes da sociedade. Seu objetivo é claro: a circulação de informações, a formação de laços de solidariedade e a realização de ações em conjunto. No processo de construção de uma rede de cuidados, as relações são marcadas por: troca/conflitos/cooperação, considerando os diferentes saberes e competências dos atores envolvidos. A sustentabilidade desse processo se baseia nos princípios da cooperação, confiança, complementaridade, solidariedade e coresponsabilidade, porque, diante do conflito, o desafio é equacionar e não eliminar as diferenças. Segundo o filósofo Mário Sérgio Cortella, “solidariedade vem de solidez, daquilo que consolida e dá firmeza à vida coletiva, enquanto a palavra solidão está atada à idéia de ser e ou estar por si mesmo”. ■

MARIA JOSÉ LOPES SOUZA é socióloga e sociaeducadora da Rede Mulher de Educação.

A violência contra a mulher foi finalmente reconhecida como um problema de saúde pública



uma rede de cuidados

Todo investimento é importante na capacitação de profissionais que convivem e acolhem pessoas que estão em condições de violência

POR NELSON FIGUEIRA JÚNIOR

OS PRINCÍPIOS QUE ORIENTAM a Área Técnica de Cultura de Paz, Saúde e Cidadania da Secretaria Municipal de São Paulo são: a garantia de direitos para todos, enquanto produção de cidadania no desenvolvimento de políticas sociais; a concepção da violência como um fenômeno complexo, multicausal e interdisciplinar; a transformação da atual cultura hegemônica da violência e a construção de uma cultura de paz; a necessidade de se trabalhar em parceria com diferentes setores de governo e da sociedade civil.

Entre as prioridades, buscamos garantir a cidadania dos grupos mais vulneráveis, expostos principalmente à violência doméstica, sexual, e aos acidentes de trânsito. Para tanto, é fundamental estabelecer uma rede de cuidados de atenção às pessoas em situação de violência e acidentes na rede municipal de saúde. A formação e o fortalecimento dessa rede exigem investimentos na capacitação dos profissionais e na organização dos serviços de saúde, no sentido de ampliar a capacidade de acolher, escutar, orientar, tratar e encaminhar, quando necessário, as pessoas que estão em situação de violência. Igualmente é importante a presença de articuladores dessa rede de serviços que possam aprofundar a discussão do tema, facilitar a comunicação e a constituição de espaços de discussão de casos, além de investir no aprofundamento do trabalho em parceria com outros setores do governo e com organizações da sociedade civil.

A organização e implementação de um sistema de informação e de notificação de violências e acidentes são essenciais ao processo de elaboração de políticas para o setor. Melhorar a qualidade da informação pode ajudar a ampliar a capacidade de análise dos diferentes fatores envolvidos nos fenômenos da violência e dos acidentes. Pretende-se instituir no município uma ficha única que poderá ser preenchida em todos os serviços municipais por meio da rede Prodam. Entende-se que o estabelecimento de uma ficha única de notificação para todos os casos de violência e acidentes superará alguns impasses existentes na atualidade. Já o desenvolvimento da interdisciplinaridade é necessário para superar o isolamento que ocorre no atendimento dos casos. Faz-se necessária uma articulação com outros saberes, entre profissionais de diferentes organizações sociais. O desafio é possibilitar novas construções do conhecimento técnico, assim como aprimorar as iniciativas e projetos coletivos. A perspectiva é estimular o trabalho em equipe multidisciplinar e intersetorial, fortale-

cendo o trabalho em rede. Formar redes de apoio e solidariedade às pessoas em situação de violência poderá contribuir para a garantia dos direitos. Vale destacar o papel dos agentes comunitários de saúde que estão diretamente envolvidos na comunidade, e presenciam situações de violência em seu cotidiano. Entre as organizações sociais de caráter público que deverão compor as redes, podemos citar as delegacias, o Conselho Tutelar – especialmente no caso de crianças e adolescentes envolvidos, o Ministério Público, a Vara da Infância, entre outras. A presença de ONGs também é relevante para a força da rede de serviços.

Para a integração das ações, é necessário comunicar. No caso de uma notificação, de um relatório, do encaminhamento, é importante a comunicação em rede desde o primeiro atendimento. O trabalho em rede também envolve ações de promoção e de prevenção, contribuindo para sensibilizar as comunidades.

É preciso ampliar a capacidade de acolher, escutar e orientar as pessoas

Um instrumento valioso para a mobilização social é a formação e consolidação dos diferentes fóruns para a superação da violência existentes no município. Há diferentes modalidades de fóruns. Alguns organizados pelo movimento de mulheres, outros mais voltados à superação da violência contra crianças.

A transformação dessa realidade violenta que oprime a todos aponta para a necessidade de articular as forças e os recursos capazes de construir uma cultura de paz e não-violência, despertando a consciência de que devemos promover novas atitudes, outros modos de viver em sociedade, novos arranjos sociais.

A transição de uma cultura de violência para uma cultura de paz implica a necessidade de colocar a paz como uma prioridade na elaboração de políticas públicas. Investimentos materiais e na capacitação de gestores e profissionais dos mais diversos setores são essenciais. Construir a paz exige a formação de lideranças capazes de liderar e administrar processos e conflitos utilizando novos paradigmas e tecnologias, fomentando o estudo, pesquisa e formação em cultura da paz. ■

NELSON FIGUEIRA JÚNIOR é psicólogo. Coordena a Área Técnica de Cultura de Paz, Saúde e Cidadania da Secretaria Municipal de Saúde da cidade de São Paulo.

violência doméstica

O papel dos serviços de atenção primária à saúde para atenuar o impacto da violência

POR ANA FLÁVIA PIRES LUCAS D'OLIVEIRA

NOS ÚLTIMOS ANOS, A VIOLÊNCIA cada vez mais requer a atuação dos profissionais de saúde. Essa é uma questão que encerra muitas perguntas: o que é violência? De que violência estamos falando? Os profissionais de saúde também sofrem violência? O que os autorizaria a cuidar de quem sofre, se também eles estão submetidos à violência? E a violência é mesmo um problema dos serviços de saúde? O que se pode fazer frente a ela?

Todas essas questões podem parecer complexas. Mas existem mais variáveis. A tarefa é viável, é possível. Acompanhe. A violência manifesta-se de diversas formas, todas interligadas. Ela pode ser física, psicológica ou sexual. Engloba aquela cometida entre parceiros íntimos, pais e filhos, parentes e pessoas que convivem no mesmo domicílio. Costuma ser crônica e durar longos períodos de tempo. Apesar de diversos estudos atestarem sua alta prevalência ao redor do mundo e suas importantes conseqüências em termos de agravos à saúde, o que os serviços de saúde podem e devem fazer a este respeito ainda não está claro para todos – profissionais e usuários. Mas alguns pontos são fundamentais para os serviços de saúde, quando trabalham com essa forma de violência:

responsabilidade da instituição e dos profissionais

Trabalhar com a violência exige um compromisso do serviço de saúde como um todo, desde a chefia até os profissionais de nível médio e elementar. A chefia precisa apoiar aqueles que farão orientação e aconselhamento e propiciar treinamento e supervisão sobre o tema.

A violência doméstica é trazida aos serviços “travestida” das mais variadas queixas, referentes a agravos físicos, sofrimentos mentais e dificuldades no cuidado de si e dos outros. Os profissionais de saúde são educados para procurar, no sofrimento do paciente, sinais e sintomas localizados no corpo. Por vezes, ouvem relatos de violência, mas não dão a eles importância, reagindo com comentários do senso comum ou simplesmente ignorando o relato. Outras vezes, desconfiam de que há violência envolvida no caso de um paciente ou família, ou mesmo ficam sabendo disso por terceiros, mas ficam constrangidos de questionar o assunto. Para superar isso, é necessário aprender a perguntar e, especialmente, escutar de forma respeitosa e solidária os usuários.

fecundo a rede

A violência necessita, para ser atenuada, da atuação de uma complexa rede multiprofissional e intersetorial. Assim, se é importante, no setor saúde, a comunicação e o estabelecimento de projetos assistenciais comuns entre médicos, enfermeiras, assistentes sociais e psicólogas (mesmo que de diversas instituições), também é fundamental o reconhecimento da rede intersetorial local, para que serviços de assessoria jurídica, segurança pública, escolas, Conselhos Tutelares, ONGs e outros recursos possam ser mobilizados. Guias de serviços estão em <http://medicina.fm.usp.br/departamento/mpr/gs2005.htm>

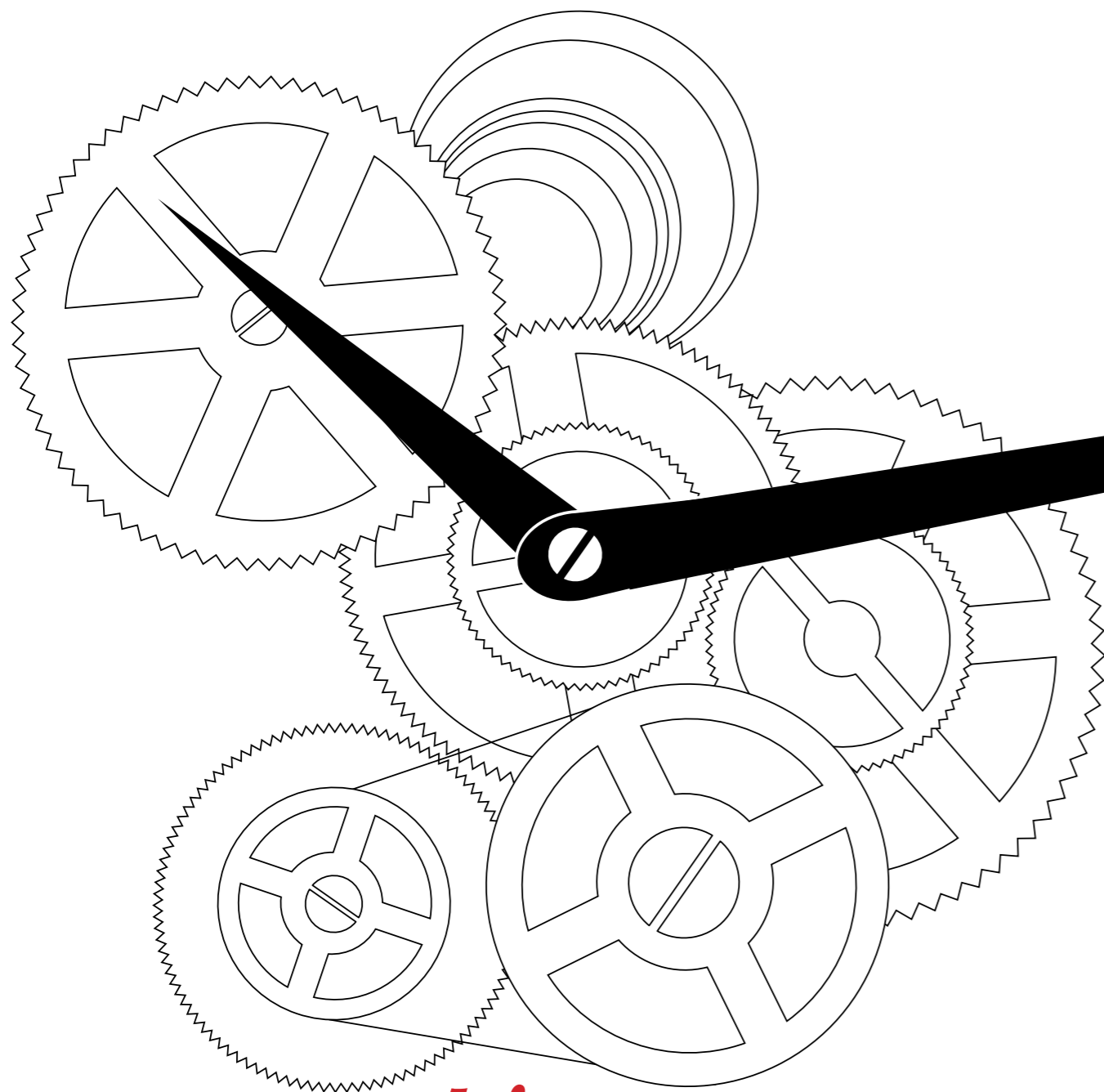
A notificação é obrigatória no município de São Paulo, mas devemos notar as diferenças existentes quando a vítima é menor de idade ou não. Para todos os menores, o ECA estabelece notificação obrigatória para o Conselho Tutelar. Já a notificação de casos ocorridos com adultos tem destino mais restrito e fica sob a responsabilidade da saúde para estudos epidemiológicos e elaboração de políticas

supervisão e monitoramento

O trabalho com violência necessita de supervisão constante. Os profissionais envolvidos podem sentir raiva, medo e impotência, e esses sentimentos podem ser trabalhados no sentido de enriquecer a prática profissional. É necessária a troca de experiências e a produção constante de conhecimento sobre as melhores formas de cuidado, aconselhamento e orientação.

Trabalhar com a violência doméstica não é trazer mais um novo incômodo aos já saturados serviços de saúde. Trata-se, ao contrário, de um novo olhar, que inclui a promoção da saúde e o respeito aos direitos humanos no cuidado à saúde, ampliando nossa concepção de saúde e tornando o trabalho mais rico e satisfatório. Um olhar em que todos os profissionais estejam atentos e trabalhem em rede. Já existem diversas capacitações, cartilhas e guias à disposição, mas elas só farão sentido à medida que profissionais as usarem para transformação de sua prática, abandonando a omissão e tomando uma postura ativa a favor dos direitos humanos. ■

ANA FLÁVIA PIRES LUCAS D'OLIVEIRA é professora doutora do Departamento de Medicina Preventiva da FMUSP, participante do Grupo de Pesquisa e Intervenção Violência e Gênero nas práticas de saúde.



a presença,

Olhar o mundo com os olhos do estado presente traz inúmeros benefícios. O maior deles? Conectar-se verdadeiramente com o mundo ao seu redor. Sentir que tudo é parte de nós e que nós somos parte de tudo

POR ARNALDO CELSO DO CARMO

FALAR SOBRE A PRÁTICA DO ESTAR PRESENTE – manter a mente no presente enquanto realizamos as tarefas comuns da vida – é contar um pouco da minha história. Tenho praticado, voluntariamente, o “estar presente”, às vezes mais intensamente, às vezes menos, pelos últimos 20 anos. Por meio dessa experiência posso afirmar algumas coisas que foram transformadas – e transformadoras – na minha vida.

Aprendi a ser disciplinado, a escolher algo e manter minha escolha, independentemente das inúmeras distrações do mundo comum.

Isso trouxe mais força às minhas decisões, mais intensidade aos meus atos, mais profundidade à minha visão. Hoje sou muito mais capaz de influenciar o mundo ao meu redor.

Outra mudança: comecei a reconhecer os aspectos mais essenciais da vida, e acabei reorganizando os critérios que regiam as minhas escolhas. Reordenei minhas prioridades e aprendi a segui-las com mais foco, o que me trouxe mais paz, felicidade e liberdade. Enfim, ficou claro o que importava e o que não importava; pude me dedicar ao essencial, e com chances maiores de conseguir atingi-lo.

aqui e agora

Estar no presente nos desconecta da nossa experiência habitual com o espaço e o tempo, gerando uma imediata sensação de bem-estar quase impossível de definir com palavras comuns. Nosso vocabulário é pobre para descrever o sentimento

de paz e liberdade que acompanha a prática competente da presença. Olhar o mundo com os olhos do estado presente é ver algo muito diferente do que estamos acostumados. Embora nada tenha mudado, tudo fica completamente diferente porque livre das comparações compulsivas com o passado e das expectativas inevitáveis para o futuro. As situações ganham um outro significado; as palavras, atitudes, formas e movimentos também se transformam.

Mas talvez o que mais se modifique sejam as nossas emoções. Especialmente o peso

emocional das vivências e conflitos do passado passa a ser outro. De fato, é como se não tivessem peso nenhum. Assim simplesmente. Sem nenhuma droga ou truque. E o mais interessante é que a sensação de realidade dessas últimas impressões é fortíssima. Temos a certeza de estar vivendo algo real, e não um estado ilusório criado por alguma fantasia induzida. A mudança é real – o passado se foi – e dura tanto quanto formos capazes de manter o estado presente. No entanto, mesmo quando por fim regressamos ao estado anterior, de não presença, já não voltamos como antes. Trazemos o sabor residual de uma experiência que nunca mais nos deixará, e que irá se somar às outras seguintes que formos capazes

de gerar. Até que, num dia especial, não mais deixaremos a sensação maravilhosa de leveza e alegria que caracteriza o aqui-agora.

conectados com o mundo

Esses aspectos já seriam mais do que suficientes para motivar cada um de nós a buscar sua própria experiência direta da presença. Mas há outros ainda mais importantes. Por exemplo, no estado silencioso e cheio de vitalidade que a imersão no aqui-agora proporciona, começamos a perceber que estamos intimamente conectados uns com os outros. De início é uma percepção sutil e vaga que vai se acentuando à medida que praticamos mais e mais o silêncio interior. Quanto mais qualidade alcançamos em nosso estado presente, mais notamos nossa conexão com os demais. Primeiro, com os seres humanos; depois, com

os outros seres não humanos do nosso planeta; até que percebemos que tudo é, na realidade, uma Presença única. Reconhecemos que, quando invocamos a nossa presença, estamos de fato nos lembrando de quem somos, essa Presença única que compartilhamos com todos os seres do universo. E que a felicidade é o nosso estado natural porque a solidão é impossível. ■

ARNALDO CELSO DO CARMO, médico, coordenador do Instituto Ser Humano (ISH). ish@ish.org.br.